

TIM S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
em 30 de junho de 2024

TIM S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

30 de junho de 2024

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	1
Informações trimestrais	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Comentário de desempenho	14
Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas	36
Parecer do Conselho Fiscal	133
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais	134
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	135

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
Tim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tim S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2(h), em decorrência da mudança da política contábil relativa à apresentação de determinados fluxos de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas, os valores correspondentes referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Leonardo Amaral Donato
Contador CRC-1RJ090794/O-0

TIM S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		06/2024	12/2023
Ativo		54.034.661	55.260.156
Circulante		10.397.339	11.404.293
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.111.151	3.077.931
Títulos e valores mobiliários	5	1.200.649	1.958.490
Contas a receber de clientes	6	4.262.469	3.709.766
Estoques	7	415.896	331.783
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	274.386	494.382
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	938.082	943.767
Despesas antecipadas	10	495.026	238.468
Instrumentos financeiros derivativos	37	358.351	299.539
Arrendamentos	18	31.415	29.886
Outros valores a compensar	17	54.462	80.963
Outros ativos	13	255.452	239.318
Não Circulante		43.637.322	43.855.863
Realizável a longo prazo		4.465.880	4.368.195
Títulos e valores mobiliários	5	15.186	12.949
Contas a receber de clientes	6	168.222	199.007
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	210.561	218.897
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9	928.204	874.539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.c	1.166.439	1.257.494
Depósitos judiciais	11	677.499	689.739
Despesas antecipadas	10	221.674	138.937
Instrumentos financeiros derivativos	37	526.542	507.873
Arrendamentos	18	208.519	206.455
Outros ativos financeiros	12	302.812	216.721
Outros ativos	13	40.222	45.584
Investimento	14	1.405.225	1.450.812
Imobilizado	15	22.571.739	22.411.815
Intangível	16	15.194.478	15.625.041

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		06/2024	12/2023
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		54.034.661	55.260.156
Total do Passivo		28.558.969	29.244.216
Circulante		11.757.757	12.882.966
Fornecedores	19	3.649.017	4.612.112
Empréstimos e financiamentos	21	378.997	1.267.237
Passivo de arrendamento	18	1.855.016	1.808.740
Instrumentos financeiros derivativos	37	189.831	239.714
Obrigações trabalhistas		355.829	386.348
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.b	37.312	64.407
Impostos, taxas e contribuições a recolher	22	3.399.771	3.048.115
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	1.238.691	647.872
Autorizações a pagar	20	283.880	407.747
Receitas diferidas	23	260.262	279.401
Outros passivos e provisões	25	109.151	121.273
Não Circulante		16.801.212	16.361.250
Empréstimos e financiamentos	21	2.717.148	2.503.709
Passivo de arrendamento	18	10.624.545	10.448.035
Impostos, taxas e contribuições a recolher	22	39.096	10.603
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	1.477.461	1.410.299
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	38	5.019	5.019
Autorizações a pagar	20	1.192.909	1.117.416
Receitas diferidas	23	588.602	621.601
Outros passivos e provisões	25	156.432	244.568
Patrimônio Líquido	26	25.475.692	26.015.940
Capital social		13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		398.424	384.311
Reservas de lucros		10.850.035	12.160.035
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.313)	(3.313)
Ações em tesouraria		(47.988)	(2.984)
Lucro do período		800.643	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			
		2º Tri/24	06/2024	2º Tri/23	06/2023
Receita líquida	28	6.302.540	12.398.069	5.863.260	11.512.527
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	(2.915.225)	(5.868.106)	(2.932.540)	(5.987.277)
Lucro bruto		3.387.315	6.529.963	2.930.720	5.525.250
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	29	(1.496.056)	(2.961.776)	(1.372.827)	(2.741.414)
Gerais e administrativas	29	(440.365)	(889.004)	(418.199)	(866.595)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(23.086)	(45.587)	(23.086)	111.708
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(53.589)	(146.451)	(77.782)	(176.563)
		(2.013.096)	(4.042.818)	(1.891.894)	(3.672.864)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		1.374.219	2.487.145	1.038.826	1.852.386
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	31	188.210	409.391	316.216	670.652
Despesas financeiras	32	(661.175)	(1.415.230)	(741.297)	(1.429.089)
Variações cambiais, líquidas	33	23.012	30.895	(722)	(3.567)
		(449.953)	(974.944)	(425.803)	(762.004)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		924.266	1.512.201	613.023	1.090.382
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(143.046)	(211.558)	13.449	(51.474)
Lucro líquido do período		781.220	1.300.643	626.472	1.038.908
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	34	0,32	0,54	0,26	0,43
Lucro diluído por ação	34	0,32	0,54	0,26	0,43

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Períodos findos em 30 de junho 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado	
		2º Tri/23	06/2023
Receita líquida	28	5.863.260	11.503.415
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	(2.932.540)	(5.744.233)
Lucro bruto		2.930.720	5.759.182
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	29	(1.372.827)	(2.852.794)
Gerais e administrativas	29	(418.199)	(868.181)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(23.086)	(41.679)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(77.782)	(178.190)
		(1.891.894)	(3.940.844)
Lucro operacional		1.038.826	1.818.338
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	31	316.216	691.401
Despesas financeiras	32	(741.297)	(1.337.014)
Variações cambiais, líquidas	33	(722)	(3.567)
		(425.803)	(649.180)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		613.023	1.169.158
Imposto de renda e contribuição social	8.d	13.449	(130.250)
Lucro líquido do período		626.472	1.038.908
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação	34	0,26	0,43
Lucro diluído por ação	34	0,26	0,43

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Controladora				
	2º Tri/24	06/2024	2º Tri/23	06/2023
Lucro líquido do período	781.220	1.300.643	626.472	1.038.908
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do período	781.220	1.300.643	626.472	1.038.908

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Período findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	2º Tri/23	06/2023
Lucro líquido do período	626.472	1.038.908
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do período	<u>626.472</u>	<u>1.038.908</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Período findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	13.477.891	384.311	1.380.427	7.107.369	1.310.000	2.362.239	(2.984)	(3.313)	-	26.015.940
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.643	1.300.643
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.643	1.300.643
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas										
Plano de incentivo a longo prazo (nota 27)	-	14.113	-	-	-	-	-	-	-	14.113
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	-	(45.004)	-	-	(45.004)
Destinação do lucro líquido do período:										
Juros sobre capital próprio (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos	-	-	-	(1.310.000)	-	-	-	-	-	(1.310.000)
Distribuição da reserva para expansão (nota 26)	-	-	-	1.310.000	(1.310.000)	-	-	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	14.113	-	-	(1.310.000)	-	(45.004)	-	(500.000)	(1.840.891)
Saldos em 30 de junho de 2024	13.477.891	398.424	1.380.427	7.107.369	-	2.362.239	(47.988)	(3.313)	800.643	25.475.692

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Dividendos/JSCP adicionais propostos	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2023	13.477.891	408.602	1.250.448	7.540.020	600.000	2.124.411	(163)	(3.844)	-	25.397.365
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.038.908	1.038.908
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.038.908	1.038.908
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas										
Plano de incentivo a longo prazo	-	10.811	-	-	-	-	-	-	-	10.811
Destinação do lucro líquido do período:										
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(520.000)	(520.000)
Dividendos/JSCP adicionais distribuídos	-	-	-	(600.000)	-	-	-	-	-	(600.000)
Distribuição da reserva para expansão	-	-	-	600.000	(600.000)	-	-	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	10.811	-	-	(600.000)	-	-	-	(520.000)	(1.109.189)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>13.477.891</u>	<u>419.413</u>	<u>1.250.448</u>	<u>7.540.020</u>	<u>-</u>	<u>2.124.411</u>	<u>(163)</u>	<u>(3.844)</u>	<u>518.908</u>	<u>25.327.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

			Controladora	Consolidado
	Nota	06/2024	06/2023 Reapresentado	06/2023 Reapresentado
Atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		1.512.201	1.090.382	1.169.158
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			-	-
Depreciação e amortização	29	3.510.272	3.392.038	3.611.664
Resultado de equivalência patrimonial	14	45.587	(111.708)	41.679
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		3.448	2.813	79.887
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		6.749	10.175	15.350
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	139.180	172.935	172.931
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		75.849	105.828	105.828
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		403.913	75.151	2.127
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(82.337)	(26.148)	(26.149)
Juros sobre passivo de arrendamento	31	710.029	613.700	512.126
Juros sobre arrendamentos	32	(14.072)	(13.860)	(13.860)
Provisão para perdas de crédito esperadas	29	338.102	286.767	305.793
Planos de incentivo a longo prazo	27	14.113	10.811	10.811
		6.663.034	5.608.884	5.987.345
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(791.033)	712.456	671.860
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		196.963	(100.770)	(106.200)
Estoques		(84.113)	(138.311)	(138.311)
Despesas antecipadas		(339.295)	(195.497)	(211.325)
Depósitos judiciais		25.438	14.920	14.920
Outros ativos		16.575	(47.395)	(41.316)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		(30.519)	2.629	2.629
Fornecedores		(993.214)	(1.339.636)	(1.722.734)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		204.482	357.177	327.913
Autorizações a pagar		(103.439)	(104.422)	(104.422)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(161.065)	(161.290)	(161.290)
Receitas diferidas		(52.138)	3.263	(25.530)
Outros passivos		(169.535)	(174.393)	(208.821)
Caixa gerado pelas operações		4.382.141	4.437.615	4.284.718
Imposto de renda e contribuição social pagos		(49.947)	(197.279)	(197.279)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.332.194	4.240.336	4.087.439

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota	06/2024	06/2023 Reapresentado
Atividades de investimentos			
Resgates de títulos e valores mobiliários		4.379.525	2.348.661
Aplicações de títulos e valores mobiliários		(3.541.583)	(404.000)
Aporte de capital Fundo 5G		(77.159)	-
Caixa proveniente da aquisição da Cozani (nota 1)		-	421.835
Adições ao imobilizado e intangível		(2.279.501)	(2.214.227)
Outros		10.478	15.702
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(1.508.240)	167.971
Atividades de financiamentos			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		386.925	-
Amortização de empréstimos		(1.170.677)	(133.136)
Juros pagos – Empréstimos		(80.537)	(107.407)
Pagamento de passivo de arrendamento		(825.874)	(800.060)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(712.272)	(634.006)
Incentivos de arrendamentos recebidos		65.457	-
Instrumentos financeiros derivativos		(137.305)	18.966
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(45.004)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.271.447)	(1.470.752)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(3.790.734)	(3.126.395)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(966.780)	1.281.912
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.077.931	1.785.100
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		2.111.151	3.067.012

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

TIM S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Receitas			
Receita operacional bruta	17.817.307	16.200.727	16.239.128
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(338.102)	(286.767)	(305.793)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(3.441.977)	(2.860.398)	(2.861.001)
	14.037.228	13.053.562	13.072.334
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.116.975)	(2.370.604)	(1.907.189)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.871.745)	(1.931.731)	(2.003.086)
	(3.988.720)	(4.302.335)	(3.910.275)
Retenções			
Depreciação e amortização	(3.510.272)	(3.392.038)	(3.611.664)
Valor adicionado líquido produzido	6.538.236	5.359.189	5.550.395
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(45.587)	111.708	(41.679)
Receitas financeiras	571.334	854.229	874.978
	525.747	965.937	833.299
Valor adicionado total a distribuir	7.063.983	6.325.126	6.383.694
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	402.443	372.933	372.933
Benefícios	132.120	117.235	117.235
F.G.T.S	39.420	37.571	37.571
Outros	27.913	24.929	24.929
	601.896	552.668	552.668
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.430.775	1.137.858	1.283.426
Estaduais	1.485.771	1.312.541	1.317.241
Municipais	52.447	50.271	49.950
	2.968.993	2.500.670	2.650.617
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	1.542.359	1.614.053	1.521.979
Aluguéis	644.946	612.821	613.516
	2.187.305	2.226.874	2.135.495
Outros			
Investimento social	5.146	6.006	6.006
	5.146	6.006	6.006
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	500.000	520.000	520.000
Lucros retidos	800.643	518.908	518.908
	1.300.643	1.038.908	1.038.908

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre do ano é marcado pela entrega de resultados consistentes e avanços em diversas iniciativas operacionais, que colocam a Companhia cada vez mais perto das ambições estabelecidas no nosso Plano.

No lado financeiro, entregamos novamente resultados sólidos, com crescimento das principais linhas de receita, além dos avanços nas linhas de EBITDA, lucro líquido e no fluxo de caixa operacional.

No lado operacional, chegamos na metade do ano com a certeza de estarmos preparados e no caminho certo para entregar ainda mais valor para os nossos clientes, tendo como plano de fundo o nosso lema estratégico – os 3B's – “Best Offer, Best Network, Best Service”.

DESTAQUES DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

FINANCEIRO	RESULTADOS SÓLIDOS NO 2T24: METADE DO CAMINHO PERCORRIDO RUMO AO PLANO ○ Sólida expansão das receitas com crescimento de <i>high single-digit</i>, puxado pelo móvel. Receita Total crescendo 7,5% e de Serviços +7,2% A/A no 2T24; ○ Contribuição das principais linhas de receita: RSM crescendo 7,3% A/A e Receita da TIM UltraFibra avançando 8,0% A/A no 2T24; ○ Mais um recorde no ARPU Móvel: ARPU total alcançando R\$ 31,2 (+6,8% A/A) no 2T24, com Pós-pago ex-M2M atingindo R\$ 53,4 (+3,1% A/A); ○ EBITDA crescendo em um ritmo maior que a Receita (+8,2% A/A), sustentando expansão de 0,3 p.p. A/A na Margem, que chegou a 50% no 2T24; ○ Fluxo de Caixa Operacional em forte expansão: EBITDA-AL* - Capex crescendo 23,8% A/A; ○ Evolução geral do negócio sendo canalizada na última linha: Lucro Líquido Normalizado de R\$ 781 milhões no 2T24 (+22,5% A/A).	+7,4% Avanço A/A da Receita Líquida Normalizada nos 6M24	+9,4% Evolução A/A do EBITDA Normalizado nos 6M24
		48,7% Margem EBITDA Normalizada nos 6M24	+34,3% Crescimento A/A do EBITDA-AL* - Capex nos 6M24
		19,2% EBITDA-AL* - Capex sobre a Receita Líquida Normalizada nos 6M24	18,4% Capex sobre a Receita Líquida Normalizada nos 6M24
		+21,0% Aumento A/A do Lucro Líquido Normalizado nos 6M24	R\$ 500 mi de JCP anunciados nos 6M24
	CONFERÊNCIA DE RESULTADOS 31 de julho de 2024, às: 10:00 (BRT) / 9:00 (US EST) Transmissão (Zoom): Clique aqui		
OUTROS DESTAQUES	EVOLUINDO EM DIFERENTES FRENTES ○ 5G já está disponível em 353 cidades. A TIM é a operadora que mais ganhou <i>market share</i> no 5G nos últimos 12 meses; ○ Elevando o nível de crescimento de base Pós-pago ex-M2M com migrações e redução de <i>churn</i>: +458 mil linha adicionadas; ○ Iniciativas de ganho de produtividade e melhoria da qualidade com digitalização, inovação e IA; ○ Sempre comprometida com as mudanças sociais: TIM é ganhadora de mais 3 prêmios em equidade, acessibilidade e combate ao racismo.		

* EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
FINANCEIRO (R\$ milhões)								
Receita Líquida Normalizada*	6.303	5.863	7,5%	6.096	3,4%	12.398	11.544	7,4%
Receita de Serviços	6.103	5.695	7,2%	5.909	3,3%	12.013	11.203	7,2%
Serviço Móvel	5.766	5.372	7,3%	5.577	3,4%	11.343	10.565	7,4%
Serviço Fixo	337	323	4,5%	332	1,5%	670	638	5,0%
Custos Normalizados* da Operação	(3.150)	(2.949)	6,8%	(3.205)	-1,7%	(6.355)	(6.019)	5,6%
EBITDA Normalizado*	3.153	2.914	8,2%	2.890	9,1%	6.043	5.526	9,4%
Margem EBITDA Normalizada*	50,0%	49,7%	0,3p.p.	47,4%	2,6p.p.	48,7%	47,9%	0,9p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	781	638	22,5%	519	50,4%	1.301	1.075	21,0%
Capex	925	926	-0,1%	1.355	-31,7%	2.279	2.214	2,9%
EBITDA-AL Normalizado* - Capex	1.536	1.240	23,8%	843	82,2%	2.379	1.772	34,3%
OPERACIONAL ('000)								
Base Móvel de Clientes	61.986	61.225	1,2%	61.420	0,92%	61.986	61.225	1,2%
Pré-pago	33.014	34.639	-4,7%	33.312	-0,9%	33.014	34.639	-4,7%
Pós-pago	28.972	26.586	9,0%	28.108	3,1%	28.972	26.586	9,0%
Base de Clientes TIM UltraFibra	798	761	4,8%	806	-1,1%	798	761	4,8%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (+R\$ 17,4 milhões no 2T23 e -R\$ 4,4 milhões no 1T23). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita e Custos, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social: créditos fiscais relativos ao contrato de *intercompany* com a Cozani (-R\$ 8,2 milhões no 1T23) e por outros efeitos fiscais (-R\$ 5,9 milhões no 2T23 e -R\$ 4,2 milhões no 1T23).

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES



PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

No dia 14 de junho de 2024, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de R\$ 300 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio. Para maiores detalhes, acesse o [site de Relações com Investidores da TIM S.A.](#)

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A PERFORMANCE DA RECEITA SEGUE UMA TRAJETÓRIA SÓLIDA FRUTO DA ESTRATÉGIA DE CRIAR UMA PROPOSTA DE VALOR MELHOR PARA OS CLIENTES

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Receita Líquida Reportada	6.303	5.863	7,5%	6.096	3,4%	12.398	11.503	7,8%
Receita Líquida Normalizada*	6.303	5.863	7,5%	6.096	3,4%	12.398	11.544	7,4%
Receita de Serviços	6.103	5.695	7,2%	5.909	3,3%	12.013	11.203	7,2%
Serviço Móvel	5.766	5.372	7,3%	5.577	3,4%	11.343	10.565	7,4%
Gerada pelo Cliente	5.389	4.978	8,3%	5.191	3,8%	10.580	9.799	8,0%
Interconexão	87	108	-19,6%	94	-7,9%	181	219	-17,1%
Plataforma de Clientes	30	36	-16,3%	31	-2,4%	62	68	-9,3%
Outras Receitas	260	250	3,9%	260	-0,1%	520	479	8,6%
Serviço Fixo	337	323	4,5%	332	1,5%	670	638	5,0%
dos quais TIM UltraFibra	234	217	8,0%	229	2,5%	463	426	8,5%
Receita de Produtos	199	168	18,5%	186	7,0%	385	342	12,8%

* Receita Líquida normalizada pelo efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani (+R\$ 41,0 milhões no 1T23). A Cozani teve sua incorporação por parte da TIM S.A. efetivada a partir da data de 1º de abril de 2023.

A Receita Líquida Normalizada expandiu 7,5% A/A no 2T24, totalizando R\$ 6.303 milhões. Esse resultado teve a contribuição de todas as principais frentes: (i) Receita de Serviços Móveis avançando 7,3% A/A, sendo alavancada pelo Pós-pago; (ii) Receita de Produtos, com aumento de 18,5% A/A, explicada por um aumento no volume na venda de aparelhos e acessórios; e (iii) Receita do Serviço de Banda Larga TIM UltraFibra, crescendo 8,0% A/A. **Nos 6M24 a dinâmica das receitas foi similar, com a Receita Líquida Normalizada crescendo 7,4% A/A, e a Receita de Serviços (Móvel + Fixo) expandindo 7,2% A/A.**

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024



Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Serviço Móvel (“RSM”) Normalizada totalizou R\$ 5.766 milhões no 2T24, o que representa uma expansão de 7,3% A/A e reflete, principalmente, o desempenho orgânico positivo do Pós-pago, que foi sustentado pelo esforço da Companhia em entregar propostas de valor mais vantajosas para seus clientes, através dos 3 pilares: “Best Service, Best Network and Best Offer” – Melhor Serviço, Melhor Rede e Melhor Oferta. O **ARPU Móvel Normalizado (receita média mensal por usuário)** atingiu R\$ 31,2, representando uma expansão de 6,8% A/A, mais uma vez demonstrando uma evolução no indicador alinhada à estratégia da Companhia de maior monetização de sua base de clientes. **Nos 6M24, a RSM Normalizada avançou 7,4% A/A.**

No 2T24, a Receita Gerada pelo Cliente (RSM excluindo as receitas de interconexão, plataforma de clientes e outras receitas) atingiu R\$ 5.389 milhões, alta de 8,3% A/A. Este desempenho é fruto de um aumento de 7,2% na receita gerada pelos Clientes TIM (Pós-pago e Pré-pago) e um aumento de 38,7% na receita advinda de Clientes não-TIM (roaming nacional e internacional, MVNO e outros). **Nos 6M24, o crescimento da Receita Gerada pelo Cliente foi de 8,0% A/A.**

A Receita de Interconexão (ITX) reduziu 19,6% A/A no 2T24, refletindo o impacto da redução da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) e um menor tráfego entrante no comparativo anual. Nos 6M24, a linha teve queda de 17,1% A/A.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

A Receita de Plataforma de Clientes somou R\$ 30 milhões no 2T24, ante R\$ 36 milhões no 2T23, um recuo de 16,3% A/A, em função de uma desaceleração já esperada nessa linha, como consequência da (i) performance de Serviços Financeiros; e (ii) revisão do modelo de atuação em outros segmentos buscando receitas mais recorrentes (de modelo de taxas de ativação para *revenue share*). Neste contexto de ajustes, destacam-se as iniciativas de Publicidade Móvel e Monetização de Dados que crescem a sólidos dois dígitos. Nos 6M24, a linha apresentou queda de 9,3% pelos mesmos motivos citados.

A linha de Outras Receitas Normalizadas¹ registrou aumento de 3,9% A/A no 2T24, principalmente em decorrência de um aumento de receitas relacionadas aos contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede. No acumulado do ano, essa linha apresentou aumento de 8,6% A/A.

Abaixo o detalhamento do desempenho de cada perfil de cliente móvel:

- (i) **A Receita do Pós-pago apresentou uma evolução robusta no 2T24, com alta 10,1% A/A.** Excluindo-se o efeito da receita de interconexão (tráfego entrante), **essa linha teria apresentado um crescimento de 10,6% A/A no 2T24.** O ARPU do Pós-pago apresentou uma alta de 1,8% A/A no 2T24, **atingindo R\$ 43,9 enquanto o ARPU do Pós-pago ex-M2M atingiu R\$ 53,4 (+3,1% A/A).** Esse desempenho é explicado pelo: (i) reajuste nas ofertas do Pós-pago, impactando, em parte, os clientes Controle a partir de abril e os demais planos a partir de maio; (ii) foco da Companhia nos esforços de migração de clientes para planos mais atrativos e de maior valor agregado; e (iii) aprimoramento na gestão da base de clientes, que reduziu as taxas de desconexões para 1,0% ao mês, sendo 0,7% no Pós-pago ex-M2M – uma das menores na história da Companhia. **Nos 6M24, a Receita do Pós-pago aumentou 8,8% A/A.**
- (ii) **A Receita do Pré-pago apresentou queda de 1,5% A/A no 2T24, com ARPU do Pré-pago atingindo R\$ 14,9 (+4,0% A/A).** Excluindo-se a receita de interconexão, **a Receita do Pré-pago teria ficado praticamente estável no 2T24 (-0,5% A/A).** Além da queda no tráfego entrante, a performance continua sendo afetada pelo aumento da migração dos clientes do Pré-pago para o Pós-pago (+14,5% A/A) e por fatores macroeconômicos, que tem impactado a recorrência da recarga de determinados grupos de clientes. **Nos 6M24, a Receita do Pré-pago caiu 0,6% A/A.**

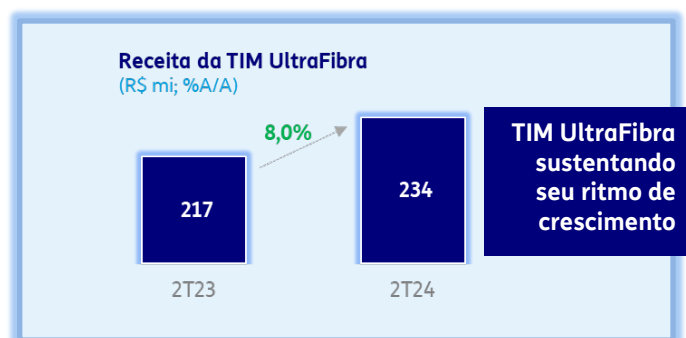
¹ A linha de Outras Receitas teve um impacto não recorrente de R\$ 41,0 milhões no 1T23, referente ao efeito temporário de ineficiência de PIS/COFINS em consequência de um contrato entre TIM S.A. e Cozani, que foi extinto com a incorporação da última.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo somou R\$ 337 milhões no 2T24, uma alta de 4,5% A/A. Nos 6M24, a Receita de Serviço Fixo aumentou 5,0% A/A.

Já a TIM UltraFibra, principal linha do fixo, teve alta de 8,0% A/A no 2T24, sustentando seu ritmo de crescimento, com ARPU de R\$ 98,6 (+3,9% A/A). O resultado consistente reflete a estratégia da Companhia em focar na evolução do FTTH (*Fiber-to-the-Home*), cuja base de clientes cresceu 14,7% A/A no 2T24. O FTTH já representa mais de 92% da nossa base de clientes total da banda larga. Nos 6M24, a Receita da TIM UltraFibra teve alta de 8,5% A/A.



Detalhamento da Receita de Produtos (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Produtos expandiu 18,5% no 2T24 e 12,8% A/A e nos 6M24. Tal performance é explicada: (i) pelo aumento da venda de aparelhos, impulsionado pelo Dias das Mães e pelas migrações para planos de mais alto valor; e (ii) pela venda de acessórios e equipamentos relacionados ao “B2B IOT”, reforçando a estratégia de diversificação do portfólio da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

GESTÃO EFICIENTE DOS CUSTOS E DESPESAS QUE SEGUEM CRESCENDO MENOS QUE A RECEITA

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Custos Reportados da Operação	(3.150)	(2.967)	6,2%	(3.205)	-1,7%	(6.355)	(6.032)	5,4%
Custos Normalizados* da Operação	(3.150)	(2.949)	6,8%	(3.205)	-1,7%	(6.355)	(6.019)	5,6%
Pessoal	(366)	(337)	8,6%	(364)	0,5%	(730)	(672)	8,7%
Comercialização	(1.002)	(933)	7,4%	(980)	2,2%	(1.982)	(1.967)	0,8%
Rede e Interconexão	(1.079)	(1.016)	6,2%	(1.135)	-4,9%	(2.214)	(1.983)	11,7%
Gerais e Administrativos	(209)	(201)	3,9%	(220)	-5,2%	(429)	(446)	-3,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(268)	(238)	12,3%	(248)	8,0%	(515)	(468)	10,0%
Provisão para Devedores Duvidosos	(172)	(146)	18,1%	(166)	4,0%	(338)	(306)	10,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(54)	(78)	-31,1%	(93)	-42,3%	(146)	(177)	-17,4%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.882)	(2.711)	6,3%	(2.958)	-2,6%	(5.840)	(5.550)	5,2%

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

* Custos da Operação normalizados por: gastos com consultorias no âmbito do projeto de aquisição da Oi Móvel e migração dos clientes (+R\$ 16,3 milhões no 2T23 e +R\$ 12,5 milhões no 1T23), créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani (-R\$ 17,7 milhões no 1T23), despesas com FUST/FUNTEL relativas ao contrato de *intercompany* com a Cozani (+R\$ 886 mil no 1T23) e despesas com serviços jurídicos e administrativos especializados (+R\$ 1,1 milhão no 2T23).

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 3.150 milhões no 2T24, aumento de 6,8% A/A, afetados em parte por uma base comparativa mais difícil, uma vez que no 2T23 registramos na linha de Comercialização um crédito de Fistel de R\$ 47 milhões, ao excluir esse efeito, os custos teriam expandido 5,1% A/A. Nos 6M24, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados cresceram 5,6% A/A.

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados também atingiram R\$ 3.150 milhões no 2T24, representando um aumento de 6,2% A/A, justificado pelos efeitos não recorrentes registrados no 2T23 e indicados na tabela acima.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Os custos com Pessoal cresceram 8,6% A/A no 2T24, impactados por reajuste anual sobre salários, melhoria nos benefícios e maiores despesas relacionadas à participação dos colaboradores nos resultados da Companhia. Nos 6M24, essa linha cresceu 8,7%, pelos mesmos motivos citados acima.

A linha de Comercialização teve aumento de 7,4% A/A no 2T24, revertendo a tendência de queda dos últimos trimestres, visto que no 2T23 essa linha foi beneficiada pelo reconhecimento de créditos de Fistel no valor de R\$ 47 milhões (**desconsiderando o efeito desse ganho no ano passado, a linha teria um aumento de 2,2%**). Além do efeito citado, houve também o impacto de maiores gastos com publicidade relacionado ao lançamento da nossa nova campanha de rede. Nos 6M23, essa linha de custo permaneceu praticamente estável, em 0,8% A/A.

O grupo de Rede e Interconexão Normalizado² subiu 6,2% A/A no 2T24, impactado por: (i) maiores despesas com serviços de *roaming* internacional, que ainda reflete o aumento no volume de tráfego após a estratégia de reformulação do portfólio do Pós-pago a partir do 3T23; (ii) maiores gastos com provedores de conteúdo; e (iii) maiores custos relacionados aos contratos de compartilhamento de infraestrutura. Nos 6M24, essa linha cresceu 11,7% A/A pelos motivos citados acima.

² A linha de Rede e Interconexão teve impactos não recorrentes de R\$ 16,3 milhões no 2T23 e R\$ 12,5 milhões no 1T23, referentes a despesas com consultorias no âmbito do projeto de migração dos clientes vindos da Oi, e de -R\$ 17,7 milhões no 1T23, referente a créditos de PIS/COFINS gerados no contrato de *intercompany* com a Cozani.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) Normalizadas³ aumentaram 3,9% A/A no 2T24, totalizando R\$ 209 milhões, impactada por uma maior despesa com TI relacionada ao armazenamento dos dados na nuvem, sendo parcialmente compensada por menores gastos com a contratação de serviços de consultoria estratégica. No acumulado do ano, essa linha apresentou queda de 3,8% refletindo, principalmente, uma menor despesa com serviços profissionais e consultorias.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) cresceu 12,3% A/A no 2T24, em linha com a evolução nas vendas de aparelhos e de acessórios que também afetou a receita de produtos. Nos 6M24, o CMV cresceu 10,0% pelos mesmos motivos citados acima.

A linha de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) teve aumento 18,1% A/A no 2T24. Tendo como principal motor o crescimento da base de receita pós-paga. Apesar desse aumento, o patamar sobre a receita bruta segue em níveis saudáveis, representando 1,9% (vs. 1,8% no 2T23). Nos 6M24, essa linha de despesas aumentou 10,6% A/A.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Normalizadas⁴ reduziram 31,1% A/A no 2T24, principalmente em função do menor nível de provisões para contingências fiscais e cíveis, do lado negativo pesou o maior gasto com processos relacionados a contingências tributárias. Nos 6M24, essa linha de custo caiu 17,4% A/A.

³ A linha de Despesas Gerais e Administrativas teve impactos não recorrentes de R\$ 1,1 milhão no 2T23, referentes a despesas com serviços jurídicos e administrativos especializados associados aos projetos de aquisição dos ativos da Oi.

⁴ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais teve impacto não recorrente de R\$ 886 mil no 1T23, referente a despesas com FUST/FUNTEL.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

EBTIDA E EBTIDA-AL APRESENTAM MAIS UM TRIMESTRE COM CRESCIMENTO ROBUSTO. LEVANDO O LUCRO A MANTER UM RITMO FORTE AO LONGO DO PRIMEIRO SEMESTRE

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
<i>Normalizado (R\$ milhões)</i>								
EBITDA Normalizado*	3.153	2.914	8,2%	2.890	9,1%	6.043	5.526	9,4%
Margem EBITDA Normalizada*	50,0%	49,7%	0,3p.p.	47,4%	2,6p.p.	48,7%	47,9%	0,9p.p.
Depreciação & Amortização	(1.756)	(1.835)	-4,3%	(1.755)	0,04%	(3.510)	(3.612)	-2,8%
Depreciação	(1.274)	(1.364)	-6,6%	(1.276)	-0,2%	(2.549)	(2.657)	-4,1%
Amortização	(482)	(471)	2,3%	(479)	0,6%	(961)	(955)	0,7%
Equivalência Patrimonial	(23)	(23)	-	(23)	2,6%	(46)	(42)	9,4%
EBIT Normalizado*	1.374	1.056	30,1%	1.113	23,5%	2.487	1.872	32,8%
Margem EBIT Normalizada*	21,8%	18,0%	3,8p.p.	18,3%	3,5p.p.	20,1%	16,2%	3,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(450)	(426)	5,7%	(525)	-14,3%	(975)	(649)	50,2%
Despesas Financeiras	(661)	(741)	-10,8%	(754)	-12,3%	(1.415)	(1.337)	5,9%
Receitas Financeiras Normalizado*	188	316	-40,5%	221	-14,9%	409	691	-40,8%
Variações Cambiais, Líquidas	23	(1)	n.a.	8	191,9%	31	(4)	n.a.
Lucro Antes dos Impostos Normalizado*	924	630	46,6%	588	57,2%	1.512	1.223	23,6%
Imposto de Renda e Cont. Social Normalizado*	(143)	8	n.a.	(69)	108,8%	(212)	(149)	42,4%
Lucro Líquido Normalizado*	781	638	22,5%	519	50,4%	1.301	1.075	21,0%
Total de Itens Normalizados	-	(11)	n.a.	-	n.a.	-	(36)	n.a.
<i>Reportado (R\$ milhões)</i>								
EBITDA Reportado	3.153	2.896	8,8%	2.890	9,1%	6.043	5.472	10,4%
Margem EBITDA Reportada	50,0%	49,4%	0,6p.p.	47,4%	2,6p.p.	48,7%	47,6%	1,2p.p.
EBIT Reportado	1.374	1.039	32,3%	1.113	23,5%	2.487	1.818	36,8%
Margem EBIT	21,8%	17,7%	4,1p.p.	18,3%	3,5p.p.	20,1%	15,8%	4,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(450)	(426)	5,7%	(525)	-14,3%	(975)	(649)	50,2%
Lucro Antes dos Impostos	924	613	50,8%	588	57,2%	1.512	1.169	29,3%
Imposto de Renda e Cont. Social Reportado	(143)	13	n.a.	(69)	108,8%	(212)	(130)	62,4%
Lucro Líquido Reportado	781	626	24,7%	519	50,4%	1.301	1.039	25,2%

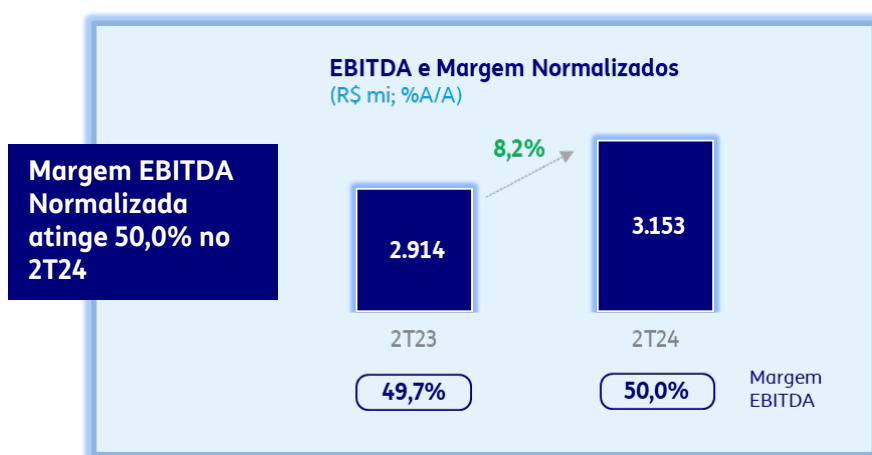
* EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita (+R\$ 41,0 milhões no 1T23) e Custos (+R\$ 17,4 milhões no 2T23 e -R\$ 4,4 milhões no 1T23). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Receita e Custos, descritos anteriormente, e por itens não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social: créditos fiscais relativos ao contrato de *intercompany* com a Cozani (-R\$ 8,2 milhões no 1T23) e por outros efeitos fiscais (-R\$ 5,9 milhões no 2T23 e -R\$ 4,2 milhões no 1T23).

EBITDA⁵ (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial)

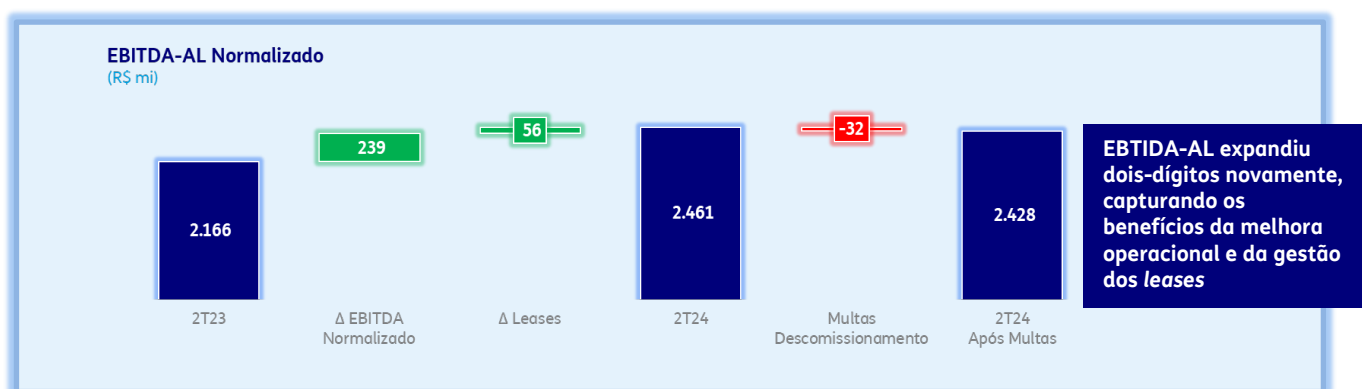
O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 3.153 milhões no 2T24, representando um avanço de **8,2% A/A**, como resultado da sólida performance de receita e dos custos controlados. Isso levou a **Margem EBITDA Normalizada ao patamar de 50,0%**, mantendo sua evolução sequencial e refletindo uma expansão de 0,3 p.p. A/A. Nos 6M24, o EBITDA Normalizado cresceu **9,4% A/A**, atingindo uma Margem de **48,7% (+0,9 p.p. A/A)**.

⁵ EBITDA normalizado conforme itens apontados nas seções de “Receita” e “Custos”.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024



Retornando com os efeitos dos arrendamentos (“leases”) para dentro do EBITDA, o **EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado**⁶ (desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento de sites⁷) **atingiu um crescimento de 13,6% A/A no 2T24**, totalizando R\$ 2.461 milhões, com **margem de 39,0%**, o que representa +2,1 p.p. A/A, fruto da robusta performance operacional e da gestão mais ativa dos ativos arrendados. **Nos 6M24, o EBITDA-AL Normalizado cresceu 16,9% A/A, totalizando R\$ 4.658 milhões.**



⁶ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

⁷ O descomissionamento de sites se trata do processo de desativação de torres e estruturas de transmissão por meio de renegociação e/ou cancelamento de contratos de arrendamento com as empresas de torres. Após a aquisição da Oi Móvel, a Companhia está trabalhando para desligar aproximadamente 60% dos sites que são sobrepostos ou estão próximos a sites onde a TIM já estava presente.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	% A/A	1T24	% T/T	6M24	6M23	% A/A
R\$ milhões								
Depreciação	(1.274)	(1.364)	-6,6%	(1.276)	-0,2%	(2.549)	(2.657)	-4,1%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(448)	(598)	-25,1%	(471)	-5,0%	(919)	(1.226)	-25,0%
Amortização	(482)	(471)	2,3%	(479)	0,6%	(961)	(955)	0,7%
D&A Total	(1.756)	(1.835)	-4,3%	(1.755)	0,0%	(3.510)	(3.612)	-2,8%

A linha de D&A apresentou queda de 4,3% A/A no 2T24, tendo como principal alavanca o processo de descomissionamento que gerou redução da depreciação de direito de uso de arrendamentos do IFRS 16, parcialmente compensado pela maior depreciação dos equipamentos de transmissão e pela maior amortização das autorizações de frequências. Nos 6M24, a linha caiu 2,8% A/A, pelos motivos citados acima.

O EBIT Normalizado cresceu 30,1% A/A no 2T24, com uma margem de 21,8% como reflexo da robusta expansão do EBITDA. Já nos 6M24, o EBIT Normalizado avançou 32,8% A/A, com uma margem de 20,1%.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
R\$ milhões								
Itens Caixa	(426)	(517)	-17,5%	(506)	-15,9%	(933)	(1.074)	-13,2%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(75)	(161)	-53,2%	(82)	-8,7%	(158)	(304)	-48,1%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	80	103	-22,0%	106	-24,6%	186	226	-17,6%
Juros sobre Arrendamentos	(354)	(334)	5,9%	(342)	3,6%	(696)	(685)	1,5%
Atualização Monetária e Juros Leilão de Espectro	(29)	(10)	180,6%	(26)	8,3%	(55)	(36)	54,9%
Outros	(48)	(114)	-57,7%	(162)	-70,2%	(210)	(275)	-23,6%
Itens Não Caixa	(24)	91	n.a.	(19)	28,1%	(42)	425	n.a.
Juros Capitalizados de Licenças	-	25	n.a.	-	n.a.	-	98	n.a.
Marcação a Mercado de Derivativos	(43)	66	n.a.	(19)	133,4%	(62)	120	n.a.
Marcação a Mercado do C6	20	-	n.a.	-	n.a.	20	20	-
Outros	-	-	n.a.	-	n.a.	-	187	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(450)	(426)	5,7%	(525)	-14,3%	(975)	(649)	50,2%

Nesse trimestre, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 450 milhões, uma piora de R\$ 24 milhões vs. 2T23, impactado, principalmente: (i) pelo item não caixa da marcação a mercado dos derivativos, que foi negativa no trimestre; e (ii) pelo encerramento da capitalização de juros da licença de 3.5GHz, item também não caixa. Além desses efeitos, a linha foi positivamente impactada por um menor pagamento de juros de dívidas financeiras devido a um menor patamar de dívida. Nos 6M24, a linha apresentou uma piora de 50,2% A/A, impactada majoritariamente por itens não caixa: marcação a mercado de derivativos, capitalização de juros de licença e renegociação de contratos de arrendamento, que impactou a linha de “outros”.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na visão Normalizada⁸, o Imposto de Renda e a Contribuição Social (“IR/CSLL”) totalizou -R\$ 143 milhões no 2T24 em comparação a R\$ 8 milhões no 2T23, o que representou uma alíquota efetiva de -15,5% frente a +1,2% no 2T23. Essa variação está relacionada, em grande medida, ao maior valor de Juros sobre Capital Próprio declarados no 2T23 (duas tranches totalizando R\$ 520 milhões), comparada a declaração de R\$ 300 milhões em tranche única no 2T24. No acumulado do ano, a linha de Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizou -R\$ 212 milhões, chegando a uma alíquota efetiva de -14,0%.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Normalizado⁹ totalizou R\$ 781 milhões no 2T24, uma expansão de 22,5% A/A, mantendo o ritmo acelerado de crescimento e alcançando o maior lucro líquido já registrado em um segundo trimestre. Com isso, o Lucro por Ação (LPA) Normalizado do trimestre alcançou R\$ 0,32 vs. R\$ 0,26 no 2T23. Nos 6M24, o Lucro Líquido Normalizado expandiu 21,0% A/A, totalizando um LPA de R\$ 0,54.

INVESTIMENTOS, FLUXO DE CAIXA E DÍVIDA

ALOCANDO BEM O CAPITAL E GERANDO MAIS CAIXA

CAPEX

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	% A/A	1T24	% T/T	6M24	6M23	% A/A
R\$ milhões								
Rede	636	646	-1,5%	984	-35,3%	1.620	1.532	5,8%
TI e Outros	289	280	3,2%	371	-22,1%	659	683	-3,4%
Capex	925	926	-0,1%	1.355	-31,7%	2.279	2.214	2,9%
Capex/ Receita Líquida	14,7%	15,8%	-1,1p.p.	22,2%	-7,5p.p.	18,4%	19,2%	-0,8p.p.

⁸ A linha de Imposto de Renda e a Contribuição Social teve impacto não recorrente de -R\$ 8,2 milhões no 1T23, referente a créditos fiscais relativos ao contrato de *intercompany* com a Cozani, e de -R\$ 5,9 milhões no 2T23 e -R\$ 4,2 milhões no 1T23, referentes a outros efeitos fiscais.

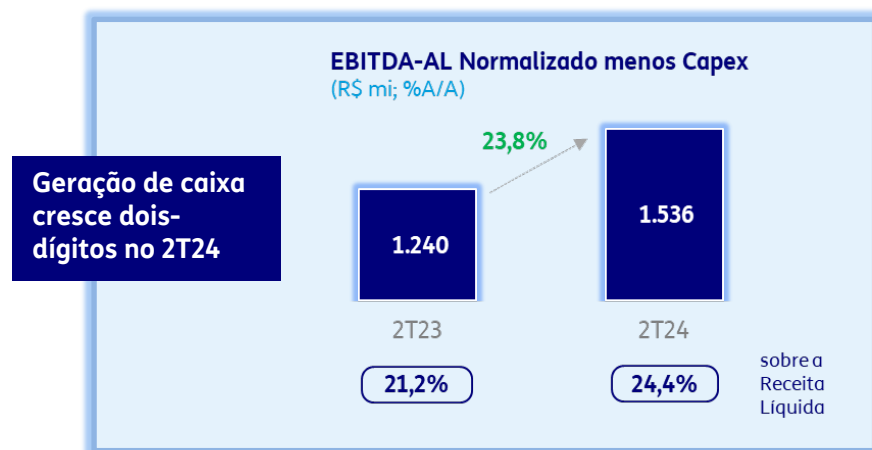
⁹ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido”.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

O Capex totalizou R\$ 925 milhões no 2T24, praticamente estável em -0,1% A/A. O indicador Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 14,7% no 2T24 vs. 15,8% no 2T23, um recuo de 1,1 p.p., explicado pelo crescimento na Receita Líquida. A Companhia continua investindo em infraestrutura de rede na medida em que o 5G se consolida em novas regiões. Nesse trimestre levamos o 5G para 87 novas cidades, totalizando 353 cidades cobertas ao final de junho. Nos 6M24, o Capex aumentou 2,9% A/A. Cabe ressaltar que expectativa da Companhia segue inalterada para o ano de 2024, cujo *guidance* já divulgado está entre R\$ 4,4 e R\$ 4,6 bilhões.

FLUXO DE CAIXA

O EBITDA Normalizado (-) Capex somou R\$ 2.228 milhões no 2T24, uma alta de 12,1% A/A. Retornando os efeitos dos arrendamentos, **o EBITDA-AL Normalizado¹⁰ (-) Capex totalizou R\$ 1.536 milhões, expandindo 23,8% A/A no trimestre.** Ambos os resultados foram possíveis em virtude de uma sólida evolução do EBITDA, complementada por uma redução significativa no patamar de *leases*. Já o indicador **EBITDA-AL Normalizado (-) Capex sobre a Receita Líquida Normalizada atingiu 24,4%** no período. **Nos 6M24, o EBITDA Normalizado (-) Capex teve alta de 34,3% A/A, representando 19,2% sobre a Receita Líquida Normalizada do período.**



¹⁰ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e desconsiderando o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 5 – EBITDA After Lease.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	% T/T	6M24	6M23	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
EBITDA Reportado	3.153	2.896	8,8%	2.890	9,1%	6.043	5.472	10,4%
Capex	(925)	(926)	-0,1%	(1.355)	-31,7%	(2.280)	(2.214)	2,9%
EBITDA Reportado - Capex	2.228	1.971	13,0%	1.536	45,1%	3.764	3.257	15,5%
Δ Capital de Giro e Imposto de Renda	(541)	(625)	-13,4%	(1.237)	-56,2%	(1.778)	(1.315)	35,2%
dos quais Pagamentos do Leilão de Espectro	(128)	(134)	-4,3%	-	n.a.	(128)	(134)	-4,3%
Pagamento de Leases*	(739)	(817)	-9,6%	(734)	0,7%	(1.473)	(1.623)	-9,3%
dos quais Multas	32	57	-43,1%	27	21,9%	59	57	3,7%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	948	529	79,2%	(435)	n.a.	513	319	60,7%

* Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de arrendamentos em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 31,6 milhões no 2T24 e +R\$ 33,9 milhões no 1T24).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (“FCOL”) totalizou R\$ 948 milhões no 2T24, uma expansão de R\$ 419 milhões frente o registrado no 2T23. Essa evolução é resultado: (i) da melhora do EBITDA Reportado (-) Capex, que registrou aumento de 13,0% A/A; (ii) de uma variação de capital de giro menos negativa, conforme já esperado pela Companhia, com destaque para a redução da linha de estoque, e melhora na linha de impostos e taxas a pagar; e (iii) uma redução no pagamento de leases, uma vez que o projeto de descomissionamento foi todo concluído. Nos 6M24, o FCOL cresceu 60,7% A/A, devido a melhora da performance operacional e a redução dos pagamentos de leases.

É válido destacar que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 30 de junho 2024 foi de R\$ 3,0 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões de principal e R\$ 590 milhões de juros moratórios incidentes.

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSIONES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<i>R\$ milhões</i>						
KFW Finnvera	USD	SOFR + 1,17826%	12/24 a 12/25	80	15	95
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	(2)	1.917	1.916
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	35	359	393
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	113	19	132
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	153	408	561
Dívida Financeira Total				379	2.718	3.097
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	62	940	1.002
Dívida Total Antes do Lease				441	3.658	4.099
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (12,43% a.a.)	10/29	1.824	10.416	12.240
Dívida Total				2.265	14.074	16.339

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	2T24	1T24	4T23	3T23
<i>R\$ milhões</i>				
Dívida de Curto Prazo	379	761	1.267	2.278
Dívida de Longo Prazo	2.717	2.487	2.504	2.559
Dívida Financeira Total	3.096	3.248	3.771	4.837
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.312)	(3.371)	(5.036)	(4.446)
Derivativos Líquidos-ex C6	(172)	(65)	(65)	74
Dívida Financeira Líquida	(388)	(188)	(1.331)	465
Licença (5G)	1.002	978	953	984
Dívida Líquida AL	614	790	(378)	1.449
Lease Total	12.240	12.153	12.020	12.366
Dívida Líquida Total	12.854	12.943	11.642	13.815
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	0,1x	0,09x	0x	0,2x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	1,0x	1,1,0x	1x	1,2x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida LP Por vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 e 16
<i>R\$ milhões</i>		
2025	201	810
2026	909	2.094
2027	909	2.064
2028	785	1.910
Após 2028	853	7.195
Dívida Total	3.657	14.073

A Dívida Total (pós-hedge) somou R\$ 16.166 milhões ao final de junho de 2024, o que representa uma redução de R\$ 2.512 milhões frente ao 2T23. Essa queda reflete, principalmente: (i) a liquidação de parte da dívida financeira de curto prazo; e, em menor proporção (ii) a redução do *leasing* total, beneficiado pelo descomissionamento de sites.

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários somaram R\$ 3.312 milhões ao final de junho de 2024. Os desembolsos realizados nos últimos 12 meses com a liquidação de parte da dívida financeira de curto prazo foram compensados pela sólida performance operacional da Companhia, suportando uma posição de caixa praticamente estável na comparação com o 2T23.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	61.986	61.225	1,2%	61.420	0,1%	61.986	61.225	1,2%
Pré-Pago	33.014	34.639	-4,7%	33.312	-0,9%	33.014	34.639	-4,7%
Pós-Pago	28.972	26.586	9,0%	28.108	3,1%	28.972	26.586	9,0%
Pós-Pago Humano	23.453	21.842	7,4%	22.995	2,0%	23.453	21.842	7,4%
Base de Usuários 4G ('000)	51.481	54.736	-5,9%	52.249	-1,5%	51.481	54.736	-5,9%
Base de Usuários 5G ('000)	7.560	2.477	205,2%	6.167	22,6%	7.560	2.477	205,2%
Market share*	23,7%	24,3%	-0,6p.p.	23,8%	0,0p.p.	23,7%	24,3%	-0,6p.p.
Pré-Pago	31,0%	31,8%	-0,8p.p.	31,1%	-0,1p.p.	31,0%	31,8%	-0,8p.p.
Pós-Pago	18,6%	18,6%	-	18,6%	-	18,6%	18,6%	0,0p.p.
Pós-Pago Humano	21,3%	21,5%	-0,2p.p.	21,3%	-	21,3%	21,5%	-0,2p.p.
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	798	761	4,8%	806	-1,1%	798	761	4,8%
FTTH	737	643	14,7%	733	0,5%	737	643	14,7%
FTTC	61	118	-48,9%	73	-17,0%	61	118	-48,9%

* Dados publicados pela Anatel relativos a maio de 2024.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

SEGMENTO MÓVEL:

No 2T24, a **TIM somou 62,0 milhões de usuários móveis**, retornando ao patamar de adições positivas com **incremento de 761 mil clientes nos últimos 12 meses e 566 mil no trimestre**. O Pós-pago foi o destaque principal para o atingimento dessa performance com crescimento de **9,0% A/A** na base, totalizando **29,0 milhões de clientes**, sendo 23,5 milhões de clientes no Pós-pago humano (+7,4% A/A). Já o Pré-pago contabilizou 33 milhões de clientes, uma redução de 4,7% A/A na base explicada pelo crescimento da migração de clientes do Pré-pago para o Pós-pago.

SEGMENTO FIXO:

A base de clientes da **TIM UltraFibra somou 798 mil conexões no 2T24 (+4,8% A/A)** com o FTTH sendo o principal componente somando 737 mil clientes. Na comparação T/T, o total de clientes FTTH permanece estável fruto da estratégia da companhia de ser mais seletiva na expansão geográfica da TIM UltraFibra.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

PLATAFORMA DE CLIENTES

A Plataforma de Clientes, tem como objetivo monetizar a base de clientes da empresa e aumentar a fidelidade desses clientes, através da observação de tendências de mercado e parcerias inovadoras. Essa iniciativa é habilitada por dois modelos de negócio:

I. **Parcerias Comerciais** com:

- (i) **remuneração direta pela venda de publicidade e de inteligência de dados**, onde os principais produtos de venda de publicidade utilizados são o TIM Ads e o TIM Insights – essa linha de receita teve forte aceleração, tendo praticamente dobrado de 2Q23 para 2Q24, principalmente devido à estruturação de força de vendas dedicada, bem como o desenvolvimento de novos acordos comerciais com agências e anunciantes;
- (ii) **remuneração por produtos de dados**, através de scores financeiros e produtos padronizados de validação/autenticação para melhoria da segurança digital dos usuários – essa linha quase triplicou em receitas das transações do 2Q23 para 2Q24 devido à rápida rentabilização das soluções de score e lançamento de novos produtos de Open Gateway.

- II. **Parcerias Estratégicas.** Neste modelo, além do TIM Ads e TIM Insights, utilizamos a capacidade de segmentação da nossa base, aliada à força da marca da TIM para fazer um endosso da marca parceira, estimulando o consumidor a aderir aos produtos de nossos parceiros estratégicos com ofertas exclusivas para os clientes TIM. Neste caso, a remuneração da TIM é atrelada ao sucesso da parceria, podendo ser composta por uma receita baseada na aquisição de clientes ou mesmo participação nas empresas parceiras.

Dentro dessa estratégia foram elencadas algumas verticais com grandes oportunidades de sinergia com os serviços de telefonia móvel e por ter um valuation de mercado superior aos das empresas de telecomunicações. Abaixo estão detalhes das verticais nas quais já estamos atuando:

SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 2020, a Companhia concluiu a negociação com o Banco C6 e lançou ofertas exclusivas para os clientes TIM que abrissem contas no banco e usassem seus serviços. Nesse contrato, a TIM recebe remuneração por contas ativas e a opção de obter a participação societária no Banco C6 à medida que são atingidas determinadas metas, sendo que a quantidade de ações recebida por cada meta atingida varia ao longo do contrato.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

No dia 1º de fevereiro de 2021, a TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento, em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a deter uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

Adicionalmente, a TIM detém opções de subscrição de ações, que representam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do Banco C6 em 30 de junho de 2024. Considerando o que já foi exercido, mais as opções, a participação potencial da TIM no Banco C6 pode atingir aproximadamente 5,88%, ressalvando a disputa arbitral em curso. Mais detalhes podem ser encontrados nas Notas 12, 31 e 37 do ITR.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

No pilar de Educação a parceria com a Descomplica já ultrapassa os 500 mil inscritos em diversos cursos como: preparatório para o ENEM, cursos livres, graduações e pós-graduação. Os cursos livres focados em tecnologia, como ChatGPT e Inteligência Artificial Para Não Técnicos, já somam +35 mil inscritos em 2024.

SERVIÇOS DE SAÚDE

Em maio de 2024, a TIM finalizou o piloto operacional da parceria com o Cartão de Todos realizando o *rollout* nacional da parceria oferecendo o serviço para todos os clientes da sua base.

No primeiro mês de operação full já atingimos mais de 15 mil assinaturas do Cartão de Todos através da plataforma da parceria, além de um total de mais de 48 mil clientes cadastrados. Vale lembrar que hoje todos os clientes da TIM possuem isenção da taxa de adesão e os do segmento Controle e Pós-Pago tem direito a 3 meses de gratuidade na mensalidade.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

AMBIENTAL, SOCIAL e GOVERNANÇA

DESTAQUES DO 2T24

- A TIM divulgou seu 20º Relatório ESG. Dentre os destaques da publicação, a Companhia reportou 100% de energia elétrica renovável em seu consumo, cobertura 4G em todas as cidades do país, reconhecimentos em diversidade e inclusão e uma década de atuação do Instituto TIM. O documento também apresenta o Plano ESG 2024-26 com novas metas, como ter pelo menos 25% de pessoas negras na liderança até 2025 e alcançar 32 milhões de hectares conectados em áreas rurais do Brasil até 2026.
- A TIM conquistou pela terceira vez o selo Great Place to Work (GPTW) que reconhece as Melhores empresas para se trabalhar no Brasil. A certificação, globalmente reconhecida, tem o objetivo de medir o nível de confiança dos colaboradores na organização. A Companhia também participou dos prêmios de diversidade do GPTW e foi a operadora mais premiada, com selos nas categorias Mulher, Étnico-Racial, LGBTI+ e 50+.
- Pelo segundo ano consecutivo, a TIM recebeu o Selo Equidade BR, sendo considerada uma das melhores empresas para pessoas LGBTI+ trabalharem. O reconhecimento feito pelo Instituto +Diversidade e pela Human Rights Campaign reforça o compromisso da Companhia em promover um ambiente de inclusão, oportunidade, apoio e acolhimento.
- Em mais uma ação dentro do pilar de Inclusão e Diversidade, a TIM abriu em maio 250 vagas para pessoas com deficiência. A iniciativa faz parte do TIM+Diversa, programa criado pela Companhia que visa não apenas à empregabilidade, mas também à capacitação e o desenvolvimento profissional contínuo desses novos colaboradores.
- Pela terceira vez, a TIM foi considerada a operadora mais acessível para pessoas com deficiência no Brasil. A empresa ficou em primeiro lugar no ranking do Prêmio Anatel de Acessibilidade, iniciativa da agência reguladora que está em sua sexta edição e busca estimular uma maior acessibilidade em lojas, sites e atendimento remoto dos serviços de telecomunicações, além de ações voluntária das companhias do setor.
- A TIM se tornou a primeira operadora a aderir ao Procon Racial, uma iniciativa do Procon-SP, realizada em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, com o objetivo de combater e prevenir o racismo nas relações de consumo. Com essa adesão, a Companhia reforça seu compromisso de promover a diversidade e inclusão e se compromete com os 10 princípios para enfrentar o racismo nas relações de consumo.

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

- Em resposta à tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul, a TIM priorizou sua atuação em quatro frentes: garantir a conexão, atuando para restabelecer a rede o mais brevemente possível; apoiar os clientes por meio da liberação de roaming e bônus de 10GB; auxiliar seus colaboradores das regiões afetadas e realizar doações de itens emergenciais para a sociedade por meio de parcerias com instituições locais, como a Ascendendo Mentes, da Rede Gerando Falcões. Reforçando o compromisso da Companhia com a inclusão, o Instituto TIM também doou, por meio da ONG One by One, 200 cadeiras de rodas para pessoas com deficiência afetadas pelas enchentes.
- O Academic Working Capital (AWC), programa de empreendedorismo universitário do Instituto TIM, concluiu sua 8ª edição com a realização da Feira de Investimentos, na FAAP, em São Paulo. Mais de 40 alunos apresentaram 15 projetos para investidores-anjo e executivos do mercado. Entre as soluções desenvolvidas pelos universitários, destacam-se uma bebida energética e uma barra de cereal que têm como ingrediente-chave a casca do café; ondas ultrassônicas de alta frequência e luz ultravioleta alimentadas por energia renovável para melhorar a qualidade da água de bebedouros bovinos e o uso da inteligência artificial para otimizar a criação de camarões. Desde 2015, o AWC já impulsionou cerca de 200 projetos, resultando na criação de mais de 100 startups.
- A Bateria do Instituto TIM foi umas das atrações do TIM Music Rio, realizado na Praia de Copacabana. Considerado um dos maiores festivais gratuitos de música do Brasil, o evento reuniu em dois finais de semana artistas como Djavan, IZA, Gloria Groove, Marina Sena e Preta Gil. Em sua apresentação, a Bateria do Instituto TIM, que é formada por mais de 50 crianças, jovens e adultos com e sem deficiência, incluiu diferentes ritmos e sucessos como "Coisinha do Pai", "Maracangalha" e "Emoriô".
- No 2º trimestre, a TIM incorporou oito novas usinas em sua operação como parte da evolução do Projeto Geração Distribuída (GD), totalizando 114 unidades. O projeto é responsável por promover o abastecimento da rede com a utilização de usinas de energia renovável, com predominância de plantas solares. A expectativa é que até o final de 2024, quase 60% da energia utilizada pela Companhia seja oriunda da GD, chegando ao total de 134 usinas, que atenderão 25 estados.
- A TIM encerrou o 2º TRI com 1.859 *biosites* ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao segundo trimestre (“2T24”) e aos primeiros seis meses de 2024 (“6M24”), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras “antecipa”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “visa”, bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

RESULTADOS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

ANEXO 1 – TIM S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T24	2T23	%A/A	1T24	%T/T	6M24	6M23	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	61.986	61.225	1,2%	61.420	0,1%	61.986	61.225	1,2%
Pré-Paço	33.014	34.639	-4,7%	33.312	-0,9%	33.014	34.639	-4,7%
Pós-Paço	28.972	26.586	9,0%	28.108	3,1%	28.972	26.586	9,0%
Pós-Paço (ex-M2M)	23.453	21.842	7,4%	22.995	2,0%	23.453	21.842	7,4%
Base de Usuários 4G ('000)	51.481	54.736	-5,9%	52.249	-1,5%	51.481	54.736	-5,9%
Base de Usuários 5G ('000)	7.560	2.477	205,2%	6.167	22,6%	7.560	2.477	205,2%
Market share*	23,7%	24,3%	-0,6p.p.	23,8%	-0,05p.p.	23,7%	24,3%	-0,6p.p.
Pré-Paço	31,0%	31,8%	-0,8p.p.	31,1%	-0,1p.p.	31,0%	31,8%	-0,8p.p.
Pós-Paço	18,6%	18,6%	-	18,6%	-	18,6%	18,6%	0,0p.p.
Pós-Paço (ex-M2M)	21,3%	21,5%	-0,2p.p.	21,3%	-	21,3%	21,5%	-0,2p.p.
Churn Mensal (%)	2,9%	3,1%	-0,3p.p.	2,8%	0,1p.p.	2,8%	3,3%	-0,5p.p.
ARPU Móvel Reportado (R\$)	31,2	29,2	6,8%	30,3	2,7%	30,8	28,4	8,2%
ARPU Móvel Normalizado (R\$)	31,2	29,2	6,8%	30,3	2,7%	30,8	28,5	7,8%
Pré-Paço	14,9	14,3	4,0%	14,6	1,5%	14,8	14,1	4,7%
Pós-Paço	43,9	43,1	1,8%	42,1	4,2%	43,0	41,8	2,9%
Pós-Paço (ex-M2M)	53,4	51,8	3,1%	51,0	4,7%	52,2	49,9	4,7%
Base de Clientes TIM UltraFibra ('000)	798	761	4,8%	806	-1,1%	798	761	4,8%
FTTH	737	643	14,7%	733	0,5%	737	643	14,7%
FTTC	61	118	-48,9%	73	-17,0%	61	118	-48,9%
Adições Líquidas TIM UltraFibra ('000)	(9)	29	-129,9%	4	-317,2%	(5)	45	-110,2%
ARPU TIM UltraFibra (R\$)	98,6	94,8	3,9%	95,8	2,8%	97,2	93,9	3,5%
Aparelhos Vendidos ('000)	170	135	25,8%	160	6,3%	331	280	18,2%

* Dados publicados pela Anatel relativos a maio de 2024.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59 % do capital social da TIM S.A. em 30 de junho de 2024 (66,59% em 31 de dezembro de 2023).

O grupo TIM (“Grupo”) é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 30 de junho de 2024, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2023) na companhia I-Systems (coligada) e detinha 100% em 31 de dezembro de 2022 na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A (“Cozani”) – controlada. Considerando que a incorporação, pela TIM, por meio do Ato n.º 3.535/2023, o qual transferiu as outorgas do SMP a ela associadas, e a sua consequente extinção, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023, consequentemente, a TIM S.A, não possui participação societária na Cozani em 30 de junho de 2024.

1.2. Reorganização Societária

1.2.1. Combinação de negócios Cozani

Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas outras empresas Compradoras (Claro S.A. e Telefônica Brasil S.A.), após o cumprimento dos condicionamentos prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Vendedora”, “Cedente” ou “Oi Móvel”). Em função disso, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

O total de contraprestação registrada pela aquisição da Cozani era de R\$ 7.211,6 milhões.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM também pagou, em 20 de abril de 2022, em nome da Cozani, o valor de R\$ 250,7 milhões a Vendedora, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição, registrado na rubrica de “Despesas antecipadas” e assinou um termo de contrato anual de utilização de capacidade de infraestrutura de transporte com a Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A., envolvendo o pagamento de valores decrescentes que, a valor presente, totalizam aproximadamente R\$ 476 milhões.

Dos valores acordados de compra, tínhamos os seguintes saldos registrados como obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2022:

- (i) O montante de R\$ 634,3 milhões foi retido pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. Conforme fato relevante divulgado em 19 de setembro de 2022, em consequência das divergências encontradas nas premissas de cálculo dos temas: (i) Capital de Giro e Dívida Líquida, (ii) Capex e (iii) Adições líquidas, o valor de R\$634,3 milhões, se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, foi proferida decisão liminar do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro determinando o depósito em juízo pelas Compradoras, cabendo à TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 670 milhões. O referido depósito permaneceu em conta vinculada ao Juízo até o acordo realizado entre as partes em outubro de 2023. Para mais detalhes vide nota 11;
- (ii) O montante de R\$ 77 milhões reconhecidos como contraprestação contingente, até que houvesse o acordo entre as partes.

No dia 4 de outubro de 2023, a TIM S.A., por meio de Fato Relevante, comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Tendo em vista o Preço Final Ajustado TIM, a Companhia resgatou parcela correspondente à metade do valor que havia sido depositado em juízo e posteriormente transferido à Câmara Arbitral (equivalente a aproximadamente R\$ 317 milhões na data do fechamento, atualizado pela variação de 100% do CDI até o depósito em juízo e acrescido, ainda, de juros e/ou correção monetária, incidentes até a data do respectivo resgate), e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia. Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, considerando o acordo firmado com a Oi S.A., a Companhia encontrava-se livre de quaisquer obrigações citadas nos itens (i) e (ii).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Cozani na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se finalizado, conforme laudo de alocação de preço de compra “Price purchase allocation- PPA”. Na data do fechamento do “PPA”, em 31 de dezembro de 2022, a análise indica ativos e passivos apresentados a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	193.382
Contas a receber de clientes	362.379
Despesas antecipadas	165.111
Impostos a recuperar	13.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	705.388
Imobilizado	3.518.477
Intangível	3.599.811
	8.558.083
Passivos	
Fornecedores	(183.227)
Passivos de arrendamento	(2.929.449)
Impostos a recolher	(157.595)
Receitas diferidas	(95.135)
Outros passivos	(617.518)
	(3.982.924)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	4.575.159
Ágio na aquisição (Nota 16)	2.636.426
Total da contraprestação	7.211.585

Abaixo estão sumarizados, os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados a Cozani (“ativos líquidos”) pela TIM na data de aquisição:

	Cozani
Participação acionária da adquirida	100%
Patrimônio líquido da Cozani a valor contábil em 30/04/2022	1.282.579
Patrimônio líquido da Cozani a valor justo em 30/04/2022	4.575.159
Mais valia de radiofrequências (i)	3.038.951
Mais valia de carteira de clientes (ii)	253.629

- (i) A mais valia de intangíveis refere-se ao ajuste na rubrica de autorizações refletindo o valor justos das outorgas adquiridas e a avaliação do espectro foi conduzida por meio da abordagem de mercado, com a aplicação de um múltiplo de transação. O prazo médio de vida útil é de 17,68 anos;

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ii) A avaliação da carteira de clientes foi conduzida pela abordagem de rentabilidade, pelo método MPEEM (*'Multi-period excess earning method'*) baseado em um cálculo de fluxos de caixa de benefícios econômicos futuros atribuíveis a base de clientes. O prazo médio de vida útil é de 7,67 anos.

O ágio na aquisição de R\$2.636.426 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio reconhecido já vem sendo deduzido para fins fiscais desde a data de incorporação societária da empresa Cozani na TIM S.A., ocorrida em 01 de abril de 2023.

Incorporação da Cozani

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2023, a efetivação da Incorporação ainda dependeria da conclusão dos procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica e da obtenção da anuência prévia da ANATEL, o que ocorreu quando da publicação do Ato n.º 3.535/2023.

Em 31 de março de 2023, o Conselho de Administração ("CdA") tomou conhecimento da obtenção da referida anuência e verificou o cumprimento das demais condições para conceder plena efetividade à Incorporação. Dessa forma, a CdA declarou que a referida Incorporação e a consequente extinção da Cozani se tornaram eficazes, para todos os fins e efeitos, na data de 1º de abril de 2023. A Incorporação aprovada não resultou em aumento de capital, nem na emissão de novas ações da Companhia ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se abordar temas referentes a substituição de ações ou direito de recesso.

O objetivo desta incorporação foi a simplificação da estrutura societária da TIM S.A, eliminação da sobreposição das autorizações para exploração do serviço SMP, a padronização dos serviços prestados pelas Companhias e, propiciará a concentração das atividades concernentes à prestação de serviços de telecomunicação móvel pessoal em uma única companhia, além de resultar na otimização de custos operacionais e na alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

As variações do patrimônio da Cozani entre a data do laudo (31 de dezembro de 2022) e do ato societário de incorporação (1 de abril de 2023), foram incorporadas ao balanço patrimonial da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O acervo líquido contábil em 31 de dezembro de 2022, está sumariado a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante	1.376.107	Circulante	1.900.283
Não Circulante	3.987.996	Não Circulante	2.422.684
Realizável a longo prazo	846.823		
Imobilizado	2.885.893		
Intangível	255.280		
		Acervo líquido	1.041.136
Total do Ativo	5.364.103	Total Passivo	5.364.103

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$1.300.643. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$1.360.418, ocasionado pelo pagamento de dívida no valor de R\$1.251.214 e distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 1.310.000, dos quais R\$ 437.000 já foram pagos, restando um valor de R\$ 873.000, além da distribuição de JSCP do período no valor de R\$ 300.000. A Companhia entende que existe um movimento sazonal de redução do fluxo de caixa operacional neste período por pagamento de obrigações e taxas regulatórias. Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$25.475.692.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o caixa gerado pelas operações no primeiro semestre é positivo em R\$ 4,3 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação não controladora. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como ganho por compra vantajosa após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de julho de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2024, que podem de alguma forma afetar a Companhia.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

A Companhia avaliou que as alterações na norma não tiveram impacto relevante nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo. A Companhia realizou análise das demonstrações, ajustando as notas de base de preparação e apresentação, estimativas e julgamentos críticos e notas explicativas quando necessário. Porém, não houve impacto na mensuração e reconhecimento de itens nas informações trimestrais do Grupo.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação

As alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2024.

IFRS18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024 o IASB emitiu a nova norma IFRS18 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis. Esta norma tem como objetivo trazer mais transparência e comparabilidade sobre o desempenho financeiro das empresas, possibilitando aos investidores melhores decisões de investimento.

O IFRS18 introduz três conjuntos de novas exigências: comparabilidade aprimorada da demonstração de lucros ou perdas (demonstração de resultado), transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela administração e agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras.

O IFRS18 substituirá o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras.

Esta norma entra em vigor para exercícios iniciados em/após 1º de janeiro de 2027, podendo as empresas aplicar antes sujeito a autorização por reguladores relevantes.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*
(Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas informações trimestrais.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

h. Reapresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Como parte do nosso processo contínuo para melhorar a qualidade geral das informações trimestrais da Companhia e para promover maior comparabilidade e consistência com outras empresas do setor, alteramos nossa política contábil relacionada à apresentação de compras e vendas de títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa. Anteriormente, a Companhia reportava essas transações como uma atividade de investimento em base líquida (R\$ 1.944 milhões 30 de junho de 2023), de acordo com o IAS 7 parágrafo 22(b) e 23A(b). Em conexão com a nova política contábil, a Companhia relatou essas transações como uma atividade de investimento em uma base bruta, de acordo com o parágrafo 21 da IAS 7/CPC 03A. Companhia aplicou a mudança na política contábil retrospectivamente, de acordo com o IAS 8/CPC 23 parágrafo 19(b).

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 8.c).

(b) *Provisão para processos judiciais e administrativos tributários*

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(d) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 28).

(e) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 18), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Caixa e bancos	13.499	37.029
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	2.097.652	3.040.902
	<u>2.111.151</u>	<u>3.077.931</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações em 2024, referente aos CDB’s é de 101,44% a.a. (101,88% em 31 de dezembro de 2023), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	15.186	12.949
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	1.206	1.840
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(a)	820.573	1.203.968
CDB ^(b)	8.491	47.464
Letra Financeira ^(c)	182.862	303.131
Outros ^(d)	187.517	402.087
	<u>1.215.835</u>	<u>1.971.439</u>
Parcela circulante	<u>(1.200.649)</u>	<u>(1.958.490)</u>
Parcela não circulante	15.186	12.949

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2024 foi de 2,87% a.a. (0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2024 foi de 99,43% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,37% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média em 2024 dos FIC's foi de 108,13 % a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,18% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Contas a receber de clientes	4.430.691	3.908.773
Contas a receber bruta	5.076.468	4.538.512
Serviços faturados	2.508.850	2.237.551
Serviços a faturar ("unbilled")	1.083.878	1.036.339
Uso de rede	812.225	750.054
Venda de mercadorias	650.041	494.279
Ativo contratual (nota 23)	21.143	19.957
Outras contas a receber	331	332
Perdas por crédito de liquidação esperada	(645.777)	(629.739)
Parcela circulante	(4.262.469)	(3.709.766)
Parcela não circulante	168.222	199.007

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora	
	06/2024	12/2023
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	629.739	562.090
Saldo de companhia incorporada (nota 1.2)	-	23.737
Constituição de provisão	338.102	620.667
Baixas de Provisão	(322.064)	(576.755)
Saldo Final	645.777	629.739

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Total	5.076.468	4.538.512
A vencer	3.695.929	3.291.399
Vencidos até 30 dias	377.188	302.042
Vencidos até 60 dias	130.669	118.333
Vencidos até 90 dias	129.055	107.759
Vencidos há mais de 90 dias	743.627	718.979

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Total Estoques	415.896	331.783
Estoques	432.494	346.207
Aparelhos celulares e tablets	285.084	203.596
Acessórios e cartões pré-pagos	121.246	113.363
TIM chips	26.164	29.248
Perdas para ajuste ao valor de realização	(16.598)	(14.424)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	484.947	713.279
Imposto de renda	301.477	429.461
Contribuição social	183.470	283.818
Parcela circulante	(274.386)	(494.382)
Parcela não circulante	210.561	218.897

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Naquele momento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 30 de junho de 2024, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 122 milhões (até 31 de dezembro de 2023, R\$ 113 milhões), representando o valor acumulado ao longo da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e no mês de setembro a Companhia obteve a habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil. Neste momento realizou a segregação dos créditos tributários reconhecidos no ativo, pois o crédito tributário é composto por valores de IRPJ e CSLL recolhidos a maior e passíveis de compensação com os demais débitos de natureza federal e de ativo fiscal diferido lastreado nos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL compensados ao longo dos anos considerando um lucro tributável majorado pela atualização SELIC sobre indêbitos. Ao reduzir o lucro tributável, foi possível recompor parcialmente os valores de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL compensados, pois a legislação prevê a compensação de até 30% do lucro tributável do período.

Com isso, em setembro de 2023, a Companhia realizou a reclassificação entre contas do ativo (Imposto de renda e contribuição social a recuperar e Imposto de renda e contribuição social diferidos) no montante de R\$156 milhões, reconhecendo os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$114 milhões e R\$42 milhões, respectivamente. Permanecendo nas contas de IRPJ e CSLL a recuperar o montante de R\$ 470 milhões que foi reclassificado do não circulante para o circulante. Foi realizada uma baixa de R\$ 13 milhões no terceiro trimestre de 2023 para ajustar o valor contabilizado no terceiro trimestre de 2021. A partir do terceiro trimestre de 2023 a Companhia iniciou a utilização desses créditos tributários para compensar débitos correntes de PIS e COFINS e outros tributos federais. A Companhia utilizou o montante de R\$ 161 milhões em 2024 e R\$ 151 milhões em 2023.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2024, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher	37.312	64.407
Contribuição social	37.312	64.407
Parcela circulante	(37.312)	(64.407)
Parcela não circulante	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	113.822	201.227
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	523.252	499.603
Provisão para perdas de crédito esperadas	248.890	242.160
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.085.120	948.808
Instrumentos financeiros derivativos	(279.297)	(236.259)
Juros capitalizados 4G e 5G	(264.171)	(281.721)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	752.317	675.817
Depreciação acelerada (iii)	(954.126)	(891.051)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	326.409	378.601
Ágio amortizado – Cozani	(310.069)	(231.894)
Outros ativos	274.256	306.936
Outros passivos	(100.487)	(105.256)
	<u>1.166.439</u>	<u>1.257.494</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.324.066</u>	<u>3.205.814</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.157.627)</u>	<u>(1.948.320)</u>

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representa a adição de novos contratos. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil e fiscal, nos termos da legislação vigente.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 954 milhões até 30 de junho de 2024 (R\$ 891 milhões até 31 de dezembro de 2023) e foi aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis adquiridos na aquisição da Cozani em abril/2022.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 30 de junho de 2024.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos (parcela ativa)	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	Total
2024	113.822	655.193	769.015
2025	-	219.856	219.856
2026	-	163.321	163.321
2027 em diante	-	2.171.874	2.171.874
Total	113.822	3.210.244	3.324.066

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 87.405 até junho de 2024 (R\$ 50.211 em 30 de junho de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do período	(195.861)	(101.357)	(101.615)
Contribuição social do período	(78.242)	(48.516)	(48.611)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	153.600	100.155	100.154
	<u>(120.503)</u>	<u>(49.718)</u>	<u>(50.072)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	(71.108)	(9.248)	(66.911)
Contribuição social diferida	(19.947)	7.492	(13.267)
	<u>(91.055)</u>	<u>(1.756)</u>	<u>(80.178)</u>
	<u>(211.558)</u>	<u>(51.474)</u>	<u>(130.250)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.512.201	1.090.382	1.169.158
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(514.148)	(370.730)	(397.514)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(15.500)	37.981	(14.171)
Receitas não tributáveis	5.095	11.317	11.317
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(16.383)	(10.350)	(10.350)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	153.600	100.155	100.154
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio	170.000	176.800	176.800
Outros valores	5.778	3.353	3.514
	<u>302.590</u>	<u>319.256</u>	<u>267.264</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	<u>(211.558)</u>	<u>(51.474)</u>	<u>(130.250)</u>
Alíquota efetiva	<u>13,99%</u>	<u>4,72%</u>	<u>11,14%</u>

- (i) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.866.286	1.818.306
ICMS (i)	1.369.460	1.372.681
PIS / COFINS (ii)	178.300	164.508
IRRF sobre aplicações financeiras	107.117	81.445
Outros	211.409	199.672
Parcela circulante	(938.082)	(943.767)
Parcela não circulante	928.204	874.539

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Despesas antecipadas

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Despesas Antecipadas	716.700	377.405
Fistel (i)	174.435	-
Propagandas não veiculadas (ii)	69.112	13.047
Aluguéis e seguros	78.936	69.759
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	186.881	190.663
Serviços de TI (iv)	12.887	16.053
Outros (v)	194.449	87.883
Parcela circulante	(495.026)	(238.468)
Parcela não circulante	221.674	138.937

(i) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede e migração das informações para nuvem “cloud”.

(v) Representado, principalmente, pelos custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato no montante de R\$ 174.494 (R\$ 75.464 em 31 de dezembro de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Depósitos judiciais	677.499	689.739
Cível	288.441	286.430
Trabalhista	63.850	68.202
Tributário	228.837	220.842
Regulatório	115	115
Penhora Online (i)	96.256	114.150

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$ 85.756 (R\$ 83.438 em 31 de dezembro de 2023).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 228.837 em 30 de junho de 2024 (R\$ 220.842 em 31 dezembro de 2023), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 39.577 (R\$38.650 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.822 (R\$ 5.668 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 25.026 (R\$ 24.048 em 31 de dezembro de 2023).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$12.434 (R\$ 12.177 em 31 de dezembro de 2023).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.639 (R\$ 12.191 em 31 de dezembro de 2023).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.838 (R\$ 3.775 em 31 de dezembro de 2023).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.040 (R\$ 3.960 em 31 de dezembro de 2023).
- (h) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 69.549 (R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 27.752 (R\$ 26.213 em 31 de dezembro de 2023).
- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 18.053 (R\$ 15.759 em 31 de dezembro de 2023).

12. Outros ativos financeiros

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Outros ativos financeiros	302.812	216.721
Subscrição bônus Banco C6 (i)	162.958	162.958
Fundo 5G (ii)	139.854	53.763
Parcela não circulante	302.812	216.721

O reconhecimento inicial de um instrumento de capital próprio no balanço é realizado pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

(i) Em 23 de março de 2020, a TIM S.A. e o BANCO C6 S.A., concluíram as negociações relativas a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais para as bases de clientes dos Parceiros.

Em julho de 2020, foi lançada a primeira oferta em parceria com o Banco C6, com condições especiais para clientes TIM que sejam também clientes C6. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

No dia 1º de fevereiro de 2021, A TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco e totaliza R\$162.958. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a exercer uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 139 milhões (54 milhões em 2023) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth”.

Deste montante total, vale destacar que em 30 de abril de 2024, a Companhia realizou novo aporte de aproximadamente US\$ 15 milhões (R\$ 77 milhões) no Fundo 5G, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G.

Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo e a Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 37 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

13. Outros ativos

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Outros ativos	295.674	284.902
Adiantamento a empregados	36.891	7.033
Adiantamentos a fornecedores	59.647	66.018
Valores a receber TIM Brasil (nota 35)	23.310	22.803
Valores a receber projetos incentivados	37.740	43.138
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	83.571	83.981
Outros (i)	54.515	61.929
Parcela circulante	(255.452)	(239.318)
Parcela não circulante	40.222	45.584

(i) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 17.164 (R\$ 16.960 em 31 de dezembro 2023); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 14.024 (R\$ 14.344 em 31 de dezembro 2023).

14. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Cozani

Conforme mencionado na nota 1.2, em 20 de abril de 2022, a TIM S.A., (em conjunto com as outras Compradoras Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.), após cumprir as condições precedentes estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANATEL, concluiu o processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com a conclusão da Operação, a TIM S.A. passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de bens, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Em 1º de abril de 2023, a TIM S.A. incorporou a Cozani, portanto, para todos os efeitos, esta foi extinta e, para todos os fins e efeitos, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 30 de junho de 2024 ou 31 de dezembro de 2023.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Companhia, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2023) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	06/2024	12/2023
Ativo	2.115.998	2.053.886
Ativo circulante e não circulante	372.941	320.824
Ativo tangível e intangível	1.743.057	1.733.062
Passivo e Patrimônio Líquido	2.115.998	2.053.886
Passivo circulante e não circulante	795.711	669.921
Patrimônio líquido	1.320.287	1.383.965
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	671.468	717.055
Valor justo do investimento (nota 14.b)	1.405.225	1.450.812

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	06/2024	12/2023
Prejuízo líquido do exercício/período	(91.758)	(182.254)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(45.587)	(89.304)

a) Participação em empresas controlada e coligada

	Coligadas		Controlada	Total	
	06/2024 I-Systems	12/2023 I-Systems	Cozani até 31/03/23	06/2024	12/2023
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	-	-	-
Participação no capital total	49%	49%	-	-	-
Patrimônio líquido	1.320.287	1.383.965	-	-	-
Prejuízo do período/exercício	(91.756)	(182.255)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(45.587)	(89.304)	153.387	(45.587)	64.083
Amortização da mais valia	-	-	(53.781)	-	(53.781)
Valor do investimento	1.405.225	1.450.812	-	1.405.225	1.450.812

(i) Os resultados da Cozani apresentam a movimentação a partir da data de aquisição. A data de aquisição e transferência de controle foi 20 de abril de 2022 e os resultados da controlada Cozani foram consolidados a partir de 30 de abril de 2022, por ser a informação financeira disponível mais próxima a data de transferência do controle. A Administração concluiu que os impactos dos resultados gerados entre a data de aquisição e início da consolidação são imateriais. Em 1º de abril de 2023 a Cozani foi incorporada pela TIM S.A, portanto não havendo mais empresa controlada pela TIM S.A.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Mutação do investimento em empresa coligada:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2023	1.450.812
Resultado de equivalência patrimonial	(45.587)
Saldo do investimento em 30 de junho de 2024	1.405.225

	I-Systems (coligada)	Cozani (controlada incorporada)	Total
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2022	1.540.116	4.199.623	5.739.739
Amortização da mais valia até 31/03/23	-	(53.781)	(53.781)
Resultado de equivalência patrimonial	(41.679)	153.387	111.708
Patrimônio líquido Cozani – incorporado pela TIM S.A.	-	(1.194.523)	(4.299.229)
Mais valias de radiofrequência e lista de clientes		(3.104.706)	
Saldo do investimento em 30 junho de 2023	1.498.437	-	1.498.437

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta nenhum outro indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em dez/23	Adições	Baixas (1)	Transferências	Saldo em jun/24
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	70.343.331	3.016.413	(352.364)	-	73.007.380
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	(3.654)	(35.196)	1.698.577	39.933.971
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	3.950	790.712
Aparelhos em comodato	4.082.742	323	(3.249)	103.106	4.182.922
Infraestrutura	7.737.385	-	(9.695)	88.158	7.815.848
Bens de informática	1.803.782	-	(367)	3.595	1.807.010
Bens de uso geral	1.004.301	-	(385)	20.283	1.024.199
Direito de uso em arrendamentos (i)	15.973.178	1.265.499	(303.700)	-	16.934.977
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.754.245	228	(1.917.669)	479.153
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(47.931.516)	(2.549.419)	45.294	-	(50.435.641)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(1.283.391)	33.650	-	(29.663.718)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(30.196)	-	-	(675.174)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(99.928)	1.788	-	(3.859.142)
Infraestrutura	(5.325.647)	(173.120)	9.222	-	(5.489.545)
Bens de informática	(1.715.818)	(19.270)	366	-	(1.734.722)
Bens de uso geral	(755.528)	(24.792)	268	-	(780.052)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(918.722)	-	-	(8.233.288)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	22.411.815	466.994	(307.070)	-	22.571.739
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(1.287.045)	(1.546)	1.698.577	10.270.253
Cabos de fibra ótica	141.784	(30.196)	-	3.950	115.538
Aparelhos em comodato	321.740	(99.605)	(1.461)	103.106	323.780
Infraestrutura	2.411.738	(173.120)	(473)	88.158	2.326.303
Bens de informática	87.964	(19.270)	(1)	3.595	72.288
Bens de uso geral	248.773	(24.792)	(117)	20.283	244.147
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	346.777	(303.700)	-	8.701.689
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.754.245	228	(1.917.669)	479.153

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em dez/22	Adições	Baixas	Transferências	Adição por incorporação	Saldo em jun/23
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	54.530.017	2.683.375	(53.956)	-	11.371.149	68.530.585
Equipamentos de comutação / transmissão	28.749.731	-	(42.513)	1.765.336	6.527.485	37.000.039
Cabos de fibra ótica	783.396	-	-	762	-	784.158
Aparelhos em comodato	2.956.156	-	(2.180)	108.415	920.690	3.983.081
Infraestrutura	6.921.727	-	(5.371)	133.952	572.350	7.622.658
Bens de informática	1.780.652	-	(2.062)	19.707	-	1.798.297
Bens de uso geral	957.396	-	(263)	15.596	9.202	981.931
Direito de uso em arrendamentos	11.493.062	941.907	(865)	-	3.341.422	15.775.526
Terrenos	39.802	-	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	1.741.468	(702)	(2.043.768)	-	545.093
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(34.754.757)	(2.453.034)	51.142	-	(8.289.050)	(45.445.699)
Equipamentos de comutação / transmissão	(20.101.222)	(1.134.004)	42.658	-	(6.088.197)	(27.280.765)
Cabos de fibra ótica	(583.854)	(30.703)	-	-	-	(614.557)
Aparelhos em comodato	(2.677.840)	(82.381)	1.045	-	(920.672)	(3.679.848)
Infraestrutura	(4.404.860)	(181.484)	5.240	-	(587.153)	(5.168.257)
Bens de informática	(1.675.605)	(23.482)	2.061	-	-	(1.697.026)
Bens de uso geral	(698.448)	(24.976)	138	-	(7.706)	(730.992)
Direito de uso em arrendamentos	(4.612.928)	(976.004)	-	-	(685.322)	(6.274.254)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	19.775.260	230.341	(2.814)	-	3.082.099	23.084.886
Equipamentos de comutação / transmissão	8.648.509	(1.134.004)	145	1.765.336	439.288	9.719.274
Cabos de fibra ótica	199.542	(30.703)	-	762	-	169.601
Aparelhos em comodato	278.316	(82.381)	(1.135)	108.415	18	303.233
Infraestrutura	2.516.867	(181.484)	(131)	133.952	(14.803)	2.454.401
Bens de informática	105.047	(23.482)	(1)	19.707	-	101.271
Bens de uso geral	258.948	(24.976)	(125)	15.596	1.496	250.939
Direito de uso em arrendamentos	6.880.134	(34.097)	(865)	-	2.656.100	9.501.272
Terrenos	39.802	-	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.095	1.741.468	(702)	(2.043.768)	-	545.093

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em dez/22	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em jun/23
<u>Total do Custo do Imobilizado Bruto</u>	65.529.479	3.457.283	(427.573)	-	68.559.189
Equipamentos de comutação / transmissão	35.061.237	-	(42.513)	1.765.336	36.784.060
Cabos de fibra ótica	783.396	-	-	762	784.158
Aparelhos em comodato	3.876.846	-	(2.180)	108.415	3.983.081
Infraestrutura	7.710.055	-	(5.371)	133.952	7.838.636
Bens de informática	1.780.690	-	(2.062)	19.707	1.798.335
Bens de uso geral	966.562	-	(263)	15.596	981.895
Direito de uso em arrendamentos	14.462.803	1.715.814	(374.480)	-	15.804.137
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.088	1.741.469	(704)	(2.043.768)	545.085
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(42.868.327)	(2.657.118)	51.142	-	(45.474.303)
Equipamentos de comutação / transmissão	(26.235.111)	(1.088.304)	42.658	-	(27.280.757)
Cabos de fibra ótica	(583.854)	(30.703)	-	-	(614.557)
Aparelhos em comodato	(3.598.459)	(82.434)	1.045	-	(3.679.848)
Infraestrutura	(4.992.013)	(181.484)	5.240	-	(5.168.257)
Bens de informática	(1.675.606)	(23.482)	2.061	-	(1.697.027)
Bens de uso geral	(706.014)	(25.116)	138	-	(730.992)
Direito de uso em arrendamentos	(5.077.270)	(1.225.595)	-	-	(6.302.865)
<u>Total Imobilizado líquido</u>	22.661.152	800.165	(376.431)	-	23.084.886
Equipamentos de comutação / transmissão	8.826.126	(1.088.304)	145	1.765.336	9.503.303
Cabos de fibra ótica	199.542	(30.703)	-	762	169.601
Aparelhos em comodato	278.387	(82.434)	(1.135)	108.415	303.233
Infraestrutura	2.718.042	(181.484)	(131)	133.952	2.670.379
Bens de informática	105.084	(23.482)	(1)	19.707	101.308
Bens de uso geral	260.548	(25.116)	(125)	15.596	250.903
Direito de uso em arrendamentos	9.385.533	490.219	(374.480)	-	9.501.272
Terrenos	39.802	-	-	-	39.802
Obras em andamento	848.088	1.741.469	(704)	(2.043.768)	545.085

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	503.595	288.828	108.667	364.409	1.265.499
Remensuração	(144.947)	(2.010)	(156.743)	-	(303.700)
Depreciação	(384.295)	(75.273)	(210.035)	(249.119)	(918.722)
Saldos em 30 de junho de 2024	4.651.502	1.044.936	2.093.596	911.655	8.701.689
Taxas de depreciação anual	12,25%	11,80%	12,50%	9,64%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui os incentivos de arrendamentos recebidos, totalizando R\$ 65 milhões.

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.637.960	639.210	1.596.882	1.006.082	6.880.134
Adições por incorporação	1.478.836	-	1.177.264	-	2.656.100
Adições	457.863	118.804	305.228	60.012	941.907
Remensuração	51.678	(34.218)	(18.325)	-	(865)
Depreciação	(454.927)	(67.919)	(208.353)	(244.805)	(976.004)
Saldos em 30 de junho de 2023	5.171.410	655.877	2.852.696	821.289	9.501.272
Taxas de depreciação anual	12,29%	11,71%	12,65%	7,83%	

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.346.449	639.210	2.393.792	1.006.082	9.385.533
Adições	474.451	118.804	766.001	60.012	1.419.268
Remensuração	111	(34.218)	(43.827)	-	(77.934)
Depreciação	(649.601)	(67.919)	(263.270)	(244.805)	(1.225.595)
Saldos em 30 de junho de 2023	5.171.410	655.877	2.852.696	821.289	9.501.272
Taxas de depreciação anual	12,29%	11,71%	12,65%	7,83%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Taxas de depreciação

Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 20

Em 2023, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em dez/23	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em jun/24
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	46.313.583	530.446	(165)	-	46.843.864
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	(11)	407.833	23.575.668
Autorizações	18.794.239	59.461	-	16.301	18.870.001
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	5.115	212.704
Lista de clientes	253.629,00	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	1.162	575.407
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	470.985	(154)	(430.411)	244.286
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(30.688.542)	(960.854)	10	-	(31.649.386)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(470.764)	10	-	(21.256.462)
Autorizações	(9.377.907)	(447.464)	-	-	(9.825.371)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(5.442)	-	-	(102.616)
Lista de clientes	(55.137)	(16.541)	-	-	(71.678)
Outros ativos	(372.616)	(20.643)	-	-	(393.259)
<u>Total Intangível Líquido</u>	15.625.041	(430.408)	(155)	-	15.194.478
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(470.764)	(1)	407.833	2.319.206
Autorizações (f)	9.416.332	(388.003)	-	16.301	9.044.630
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(5.442)	-	5.115	110.088
Lista de clientes	198.492,00	(16.541)	-	-	181.951
Outros ativos	201.629	(20.643)	-	1.162	182.148
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	470.985	(154)	(430.411)	244.286

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora						
	Saldo em dez/22	Adições/ Amortização	Adição por incorporação	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em jun/23
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	38.732.905	492.507	6.446.789	(13)	-	95.678	45.767.866
Direito de uso de softwares	20.876.377	-	1.366.860	(13)	485.597	-	22.728.821
Autorizações	11.250.610	8.843	4.598.839	-	2.890.938	-	18.749.230
Ágio (i)	3.112.169	-	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	201.778	-	-	-	5.811	-	207.589
Lista de clientes	-	-	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	339.417	-	227.461	-	1.415	-	568.293
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	483.664	-	-	(3.383.761)	95.678	148.135
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(25.730.124)	(885.223)	(3.102.345)	13	-	-	(29.717.679)
Direito de uso de softwares	(18.454.058)	(492.653)	(1.355.500)	13	-	-	(20.302.198)
Autorizações	(6.984.930)	(362.458)	(1.586.245)	-	-	-	(8.933.633)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(86.488)	(5.287)	-	-	-	-	(91.775)
Lista de clientes	-	(8.284)	(30.312)	-	-	-	(38.596)
Outros ativos	(204.648)	(16.541)	(130.288)	-	-	-	(351.477)
<u>Total Intangível Líquido</u>	13.002.781	(392.716)	3.344.444	-	-	95.678	16.050.187
Direito de uso de softwares (c)	2.422.319	(492.653)	11.360	-	485.597	-	2.426.623
Autorizações (f)	4.265.680	(353.615)	3.012.594	-	2.890.938	-	9.815.597
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	115.290	(5.287)	-	-	5.811	-	115.814
Lista de clientes	-	(8.284)	223.317	-	-	-	215.033
Outros ativos	134.769	(16.541)	97.173	-	1.415	-	216.816
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.952.554	483.664	-	-	(3.383.761)	95.678	148.135

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em dez/22	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em jun/23
Total Custo do Intangível Bruto	45.179.692	492.506	(13)	-	95.678	45.767.863
Direito de uso de softwares	21.979.251	-	(13)	485.597	-	22.464.835
Autorizações	15.839.784	8.843	-	2.890.938	-	18.739.565
Ágio	3.112.169	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	201.778	-	-	5.811	-	207.589
Outros ativos	819.207	-	-	1.415	-	820.622
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	483.663	-	(3.383.761)	95.678	423.083
Total Amortização Acumulada	(28.763.144)	(954.545)	13	-	-	(29.717.676)
Direito de uso de softwares	(19.922.202)	(494.597)	13	-	-	(20.416.786)
Autorizações	(8.403.807)	(372.264)	-	-	-	(8.776.071)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(86.488)	(5.287)	-	-	-	(91.775)
Lista de clientes						
Outros ativos	(350.647)	(82.397)	-	-	-	(433.044)
Total Intangível Líquido	16.416.548	(462.039)	-	-	95.678	16.050.187
Direito de uso de softwares (c)	2.057.049	(494.597)	-	485.597	-	2.048.049
Autorizações (f)	7.435.977	(363.421)	-	2.890.938	-	9.963.494
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	115.290	(5.287)	-	5.811	-	115.814
Lista de clientes						
Outros ativos	468.560	(82.397)	-	1.415	-	387.578
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	483.663	-	(3.383.761)	95.678	423.083

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. De dezembro de 2021 até abril de 2023 inclui os valores de aquisição da Licença 5G, os quais foram transferidos para bens em serviço ("Autorizações") em abril/23, conforme nota 16.f.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia licença de autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Ágio na aquisição da Cozani

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio alocado de R\$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Na nota 2.e, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. No caso do grupo TIM o ágio foi alocado a unidade geradora de caixa móvel, sendo esta a única identificada até o momento.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171, sendo este o saldo registrado em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A., empresa operacional do Grupo TIM no Brasil e que incorporou em 2023 os saldos referentes à Cozani, adquirida em 2022. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A., porém como a incorporação da Cozani ocorreu em 1º de abril de 2023, tais resultados impactaram o consolidado TIM S.A. até 31 de março de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2023, a mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento e não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (“5G”).

Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa (“EAF”), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (“EACE”).

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em “Autorizações” dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorreram em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tiveram correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente (“AVP”) no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. No segundo trimestre de 2023, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim, foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações em serviço. A Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic até 2023, incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade.

O efeito total no ativo intangível da Companhia em 30 de junho de 2024 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 2023), sendo que não há mais saldos de bens em andamento referente às licenças 5G desde o ano de 2023.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Em 30 de junho de 2024, esse crédito é de R\$ 54.462 (R\$ 80.963 em 31 de dezembro de 2023).

18. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora	
	06/2024	12/2023
LT Amazonas (i)	179.044	177.569
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16 (ii)	60.890	58.772
	239.934	236.341
Parcela circulante	(31.415)	(29.886)
Parcela não circulante	208.519	206.455

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	Até junho de 2025	Julho de 2025 a junho de 2030	Julho de 2030 em diante	Valores nominais	Valor presente
	57.879	208.523	101.407	367.809	239.934
LT Amazonas (i)	32.007	161.244	101.407	294.658	179.044
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	25.872	47.279	-	73.151	60.890

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 30.961 (R\$30.490 no mesmo período de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo

	Controladora	
	06/2024	12/2023
LT Amazonas (i)	332.198	327.820
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.641.914	1.679.221
Outros (iv)	135.892	147.051
Subtotal	2.110.004	2.154.092
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	5.647.613	5.476.509
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.195.994	958.981
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.535.793	2.793.441
Arrendamentos – Fibra	990.157	873.752
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	10.369.557	10.102.683
Total	12.479.561	12.256.775
Parcela circulante	(1.855.016)	(1.808.740)
Parcela não circulante	10.624.545	10.448.035

O montante de juros pagos no período findo em 30 de junho de 2024 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 567.985 (R\$ 556.128 no mesmo período de 2023).

Em 2024, foi pago o montante de R\$ 59 milhões (R\$ 57 milhões no mesmo período de 2023), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Controladora				
	Até junho de 2025	Julho de 2025 a junho de 2030	Julho de 2030 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.955.968	9.099.480	8.453.745	20.509.193	12.479.561
LT Amazonas (i)	73.381	306.270	192.783	572.434	332.198
Venda e retroarrendamento (“sale and leaseback”) das Torres (ii)	296.961	1.432.777	1.456.368	3.186.106	1.641.914
Outros (iii)	39.706	123.987	7.170	170.863	135.892
Total Outros arrendamentos (iv)	2.545.920	7.236.446	6.797.424	16.579.790	10.369.557
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	1.261.723	4.060.647	3.889.019	9.211.389	5.647.613
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	269.466	803.071	970.096	2.042.633	1.195.994
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	536.265	1.685.793	1.938.309	4.160.367	2.535.793
Arrendamentos – Fibra	478.466	686.935	-	1.165.401	990.157

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

(iv) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 30 de junho de 2024 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 12,83% (14,29% em 2023).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 15.261 em 30 de junho de 2024 (R\$ 16.357 no mesmo período de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Fornecedores	3.649.017	4.612.112
Moeda nacional	3.158.680	4.052.047
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.065.996	3.970.040
Interconexão (ii)	55.687	50.519
Roaming (iii)	2039	64
Co-billing (iv)	34.958	31.424
Moeda estrangeira	490.337	560.065
Fornecedores de materiais e serviços (i)	253.751	220.061
Roaming (iii)	236.586	340.004
Parcela Circulante	3.649.017	4.612.112

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia, firmou contratos com bancos para auxiliar seus fornecedores que solicitassem operações de risco sacado. Nessas operações, os fornecedores transferem seus direitos creditórios contra a Companhia aos bancos, sem direito de regresso, no intuito de recebê-los antecipadamente, mediante aplicação de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores no valor e prazo originais dos direitos creditórios cedidos, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. Os títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores. Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui aproximadamente R\$ 189 milhões (R\$ 316 milhões em 31 de dezembro de 2023) relacionados a operação de risco sacado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Autorizações a pagar

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Renovação de autorizações (i)	277.119	257.616
Dívida ANATEL atualizada (ii)	197.414	190.771
Autorizações a pagar (iii)	1.002.256	1.076.776
	1.476.789	1.525.163
Parcela circulante	(283.880)	(407.747)
Parcela não circulante	1.192.909	1.117.416

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2024, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 277.119 (R\$257.616 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 197 milhões em 30 de junho de 2024 (190 milhões em 31 de dezembro de 2023), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 16.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

¹¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 3 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52 e 58 milhões). Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorreram até 2024. Os aportes à EAF foram efetuados em sua totalidade em 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$ 1.133 milhões em maio). Em relação a EACE, foram concluídos os cinco aportes totalizando R\$633 milhões até 30 de junho de 2024 (R\$ 533 milhões até 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto, relativos às radiofrequências, é de R\$ 1.002 milhões (R\$1.077 milhões em 31 de dezembro de 2023).

As autorizações a pagar em 30 de junho de 2024 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Controladora
	06/2024
2025	315.027
2026	62.195
2027	62.195
2028	62.195
2029	62.195
2030	62.195
2031	56.696
2032 em diante	510.211
	1.192.909

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de junho de 2024, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização	Data de Expiração								
	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>	<u>2.3GHz (5G)</u>	<u>3.5GHz (5G)</u>	<u>26GHz (5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio de Janeiro e Espírito Santo (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro /2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)		Dezembro, 2029	Sul - Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
Município de Paranaíba, no Mato Grosso do Sul, e municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão, no Estado de Goiás - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)		Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
Mato Grosso do Sul (exceto município de Paranaíba) e Goiás (exceto municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão) - (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

São Paulo (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná e Santa Catarina (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)			Outubro, 2027 (V2)					
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Rio Grande do Sul (incorporado COZANI)*	Dezembro, 2032 (900MHz)	Dezembro, 2032		Outubro, 2027 (V2)					
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Dezembro, 2023	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (incorporado COZANI)*	Março, 2031 (900 e 1800MHz)		Março, 2031	Outubro, 2027 (V2)					
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	Parte da AR31 – fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027 (V1)	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais (incorporado COZANI)*			Abril, 2038	Outubro, 2027 (V2)					

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

* Autorizações incorporadas da Cozani indicadas em apartado em função dos prazos distintos contidos na Autorização concedida a Cozani. Em função da incorporação, o prazo para uso das radiofrequências em cada localidade será o longínquo.

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	
				<u>06/2024</u>	<u>12/2023</u>
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,7826% a.a.	Dez/24 a Dez/25	94.896	124.411
Scotia (ii)	USD	1,4748% a.a.	Abr/24	-	485.498
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	-	515.068
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	Jun/28	1.915.528	1.859.897
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	393.122	392.340
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	561.003	206.140
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	131.596	187.592
Total				3.096.145	3.770.946
Circulante				(378.997)	(1.267.237)
Não circulante				2.717.148	2.503.709

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência. O contrato de financiamento assinado em 2020 no valor de R\$ 752 milhões, teve seu segundo desembolso no valor de R\$ 387mln em maio de 2024. O saldo remanescente de R\$ 116mln será desembolsado em julho/24, completando assim o desembolso total contratado.

³ A dívida junto ao KFW Finnvera teve seu indexador aditado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º *fixing* válido a partir de janeiro/2024.

Garantias

- (i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
- (ii) Não possuem garantia.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme cronograma estabelecido para os vencimentos das dívidas da Companhia, no período findo em 30 de junho de 2024, procedeu-se a liquidação, em seus vencimentos originais, de dívidas com valor superior a 1 bilhão de reais, com encargos acima de 110% do CDI. Por outro lado, realizou-se ingresso de 387 milhões de reais (maio/2024) e 116 milhões de reais (julho/2024), sob contrato anteriormente assinado junto ao BNB, encargos financeiros inferiores a 57% do CDI, reduzindo o custo ponderado dos financiamentos da Companhia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2024 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2025	138.387
2026	847.191
2027	847.191
2028	722.363
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	<u>2.717.148</u>

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	<u>Valor nominal</u>
2024	209.361
2025	308.023
2026	847.191
2027	847.191
2028	722.363
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.920
	<u>3.096.145</u>

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está detalhado na tabela abaixo:

	06/2024	12/2023
The Bank of Nova Scotia	-	478.098
Debêntures	1.814.662	1.821.869
BNDES	368.915	381.027
BNB	517.388	193.878

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.438.867	3.058.718
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	267.372	249.485
Impostos e Taxas ANATEL (i)	2.968.461	2.563.784
Imposto sobre Serviço - ISS	71.794	67.765
PIS / COFINS	49.141	49.312
Outros (ii)	82.099	128.372
Parcela circulante	(3.399.771)	(3.048.115)
Parcela não circulante	39.096	10.603

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2024, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$2.958 milhões, sendo R\$2.368 milhões de principal e R\$590 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2023, o total era de R\$2.554 milhões, sendo R\$2.087 milhões de principal e R\$467 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Receitas diferidas	848.864	901.002
Serviços a prestar pré-pago (i)	157.260	187.540
Receitas antecipadas	36.928	39.138
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	599.588	626.636
Passivo contratual (iii)	55.088	47.688
Parcela circulante	(260.262)	(279.401)
Parcela não circulante	588.602	621.601

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 18).

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2024	12/2023
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.748.245	2.344.726
Ativo contratual (nota 6)	21.143	19.957
Passivo contratual	(55.088)	(47.688)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2024	(27.731)
Adições	27.471
Baixas	(33.685)
Saldo em 30 de junho de 2024	(33.945)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2024	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(9.425)	(23.369)	(1.151)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.477.461	1.410.299
Cível (a)	527.263	498.180
Trabalhistas (b)	214.925	212.929
Tributária (c)	701.423	666.209
Regulatória (d)	33.850	32.981

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	dez-23	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Jun-24
	1.410.299	139.180	(161.065)	89.047	1.477.461
Cível (a)	498.180	43.983	(50.989)	36.089	527.263
Trabalhistas (b)	212.929	35.928	(51.920)	17.988	214.925
Tributária (c)	666.209	58.693	(57.755)	34.276	701.423
Regulatória (d)	32.981	576	(401)	694	33.850

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	dez-22	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	jun-23
	1.112.156	172.935	(161.290)	164.866	1.288.667
Cível (a)	392.976	99.604	(91.126)	111.724	513.178
Trabalhistas (b)	214.450	44.872	(65.686)	21.640	215.276
Tributária (c)	473.390	26.367	(3.014)	30.637	527.380
Regulatória (d)	31.340	2.092	(1.464)	865	32.833

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 179.540 (R\$ 179.815 em 31 de dezembro de 2023), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$ 289.673 (R\$258.578 em 31 de dezembro 2023).

A TIM é ré em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano Infinity. O valor principal da condenação objeto de provisão é de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 159.555 milhões atualizados monetariamente em 30 de junho de 2024. A TIM interpôs Recurso Extraordinário contra acórdão proferido no STJ alegando violação a dispositivos constitucionais, ao qual foi negado seguimento. Contra esta decisão, a TIM interpôs Agravo Interno, que aguarda julgamento.

a.3 *Ex-parceiros comerciais*

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 49.533 (R\$ 45.770 em 31 de dezembro de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 8.082 (R\$11.964 em 31 de dezembro de 2023).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$435 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2023).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs). Não existe valor provisionado correspondente a estas ações em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

b. Processos trabalhistas e previdenciários

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Em relação a demandas previdenciárias os valores referem-se à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário.

Do total de 2.004 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2024 (1.833 em 31 de dezembro de 2023) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios e previdenciários. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 214.925 atualizado monetariamente (R\$ 212.929 em 31 de dezembro de 2023).

c. Processos tributários

	06/2024	12/2023
Tributos Federais	311.486	274.781
Tributos Estaduais	306.159	307.898
Tributos Municipais	9.959	9.711
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	73.819	73.819
	<u>701.423</u>	<u>666.209</u>

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e dois processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.600 (R\$ 4.513 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 46.057 (R\$ 44.917 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 17.684 (R\$ 17.239 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de 69.761 (R\$ 68.084 em 31 de dezembro de 2023).

- (iv) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 62.876 (R\$ 60.828 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 20.648 (R\$ 20.173 em 31 de dezembro de 2023).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e trinta e três processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 26.699 (R\$ 39.219 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 97.309 (R\$ 8.460 em 31 de dezembro de 2023);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 48.662 (R\$ 47.178 em 31 de dezembro de 2023);
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 42.390 (R\$ 26.280 em 31 de dezembro de 2023);
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 12.798 (R\$ 11.260 em 31 de dezembro de 2023).
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 23.674 (R\$ 15.167 em 31 de dezembro de 2023).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 10.493 (R\$ 35.176 em 31 de dezembro de 2022). A redução decorre da quitação em programas de anistias.
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.115 (R\$ 34.820 em 31 de dezembro de 2023).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 73.819 (R\$ 73.819 em 31 de dezembro de 2023).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2024, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 33.850 (R\$ 32.981 em 31 de dezembro de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	06/2024	12/2023
	22.175.584	21.351.995
Cível (e.1)	1.601.681	1.512.495
Trabalhista e previdenciária (e.2)	389.321	400.827
Tributária (e.3)	19.972.127	19.236.990
Regulatória (e.4)	212.455	201.683

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	06/2024	12/2023
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	155.644	140.934
ANATEL (e.1.2)	361.149	350.187
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	537.700	480.094
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	297.496	260.431
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	96.175	119.669
Outros (e.1.6)	153.517	161.180
	1.601.681	1.512.495

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute, dentre outras matérias: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidaria, no valor total atualizado de R\$ 105.978 (R\$ 113.315 em 31 de dezembro de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2.2. Trabalhistas

Há 2.124 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2024 (2.304 em 31 de dezembro de 2023) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 283.343 (R\$ 287.512 em 31 de dezembro de 2023). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.3. Tributárias

	06/2024	12/2023
	19.972.128	19.236.990
Tributos Federais (e.3.1)	3.449.685	3.139.640
Tributos Estaduais (e.3.2)	10.717.839	10.438.812
Tributos Municipais (e.3.3)	1.796.960	1.712.988
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	4.007.644	3.945.550

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 13.441.019 (R\$ 13.095.822 em 31 de dezembro de 2023).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.449.684 em 30 de junho de 2024 (R\$ 3.139.640 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.772.862 (R\$ 1.711.566 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 219.044 (R\$ 255.912 em 31 de dezembro de 2023)

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 79.519 (R\$ 77.697 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 329.034 (R\$ 318.365 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 324.201 (R\$ 316.675 em 31 de dezembro de 2023).
- (vi) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 295.558 (sem correspondência em 31 de dezembro de 2023).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 30 de junho de 2024 é de R\$ 10.717.839 (R\$ 10.438.812 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.378.995 (R\$ 1.338.672 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 472.187 (R\$ 435.326 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 809.292 (R\$ 782.497 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R\$ 4.327.216 (R\$ 4.304.655 em 31 de dezembro de 2023).

- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 106.402 (R\$ 134.165 em 31 de dezembro de 2023).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.027.047 (R\$996.002 em 31 de dezembro de 2023).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 983.249 (R\$ 726.364 em 31 de dezembro de 2023).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 153.539 (R\$ 148.465 em 31 de dezembro de 2023).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 319.795 (R\$ 339.088 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs", às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.796.960 em 30 de junho de 2024 (R\$ 1.712.988 em 31 de dezembro de 2023). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.498.327 (R\$1.431.623 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 95.933 (R\$ 93.172 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 154.860 (R\$ 143.150 em 31 de dezembro de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.4. *Tributos regulatórios*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.007.644 (R\$ 3.945.550 em 31 de dezembro de 2023). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2024, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 212.455 (R\$ 201.683 em 31 de dezembro de 2023).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

O Termo prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos - sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Em junho de 2024, a TIM concluiu o 4º e último ano do Termo de Ajustamento de Conduta, tendo executado as atividades planejadas para o estrito cumprimento visando o atingimento das metas associadas. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno para atendimento as necessidades de fiscalização até que receba a comprovação de cumprimento dos compromissos.

A Companhia vem cumprindo o cronograma de implementação do TAC ao longo da vigência do compromisso e vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência indica indícios

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Outros passivos e provisões

	Controladora	
	06/2024	12/2023
Outros passivos e provisões	265.583	365.841
Provisão para futura desmobilização de ativos	77.446	130.328
Adiantamento de clientes	24.854	25.215
Contrato oneroso de capacidade (i)	93.213	122.042
Outras provisões de risco	26.411	42.419
Outros	43.659	45.837
Parcela circulante	(109.151)	(121.273)
Parcela não circulante	156.432	244.568

(i) Como parte da aquisição da Cozani, foi identificado um contrato de capacidade transferido na transação, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. O montante registrado se refere a parte de capacidade que não será utilizada para a vigência contratual remanescente.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2024, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2024	12/2023
	398.424	384.311
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	44.820	30.707

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 27).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingido este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de junho de 2024, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.362.239 (R\$2.362.239 em 31 de dezembro de 2023).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2023
Lucro líquido do exercício	2.837.422
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(237.828)
(-) Constituição da reserva legal	(129.979)
Lucro líquido ajustado	2.469.615
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	617.404
Composição dos dividendos a pagar e JSCP:	
Juros sobre capital próprio (i)	1.600.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.600.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(233.230)
Total de dividendos e JSCP líquidos	1.366.770
Dividendos adicionais (i)	1.310.000
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	2.676.770

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

(i) Durante o ano de 2023, foram distribuídos os montantes de R\$1.600.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$1.310.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de acionistas, em 28 de março de 2024, totalizando R\$ 2.910.000.

Os valores destinados até 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/04/2023	09/05/2023	230.000
12/06/2023	12/07/2023	290.000
18/09/2023	23/10/2023	425.000
06/12/2023	23/01/2024	655.000
06/02/2024(i)	Abr/2024 Jul/2024 e Out/2024	1.310.000
		<u>2.910.000</u>
19/03/2024	22/04/2024	200.000
14/06/2024	23/07/2024	300.000
		<u>500.000</u>

(i) Os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral em 28 de março de 2024.

No primeiro semestre de 2024, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante de R\$ 860.454 (R\$ 1.470.470 em 2023) aos acionistas controladores e R\$410.993 (R\$ 704.459 em 2023) aos acionistas não controladores.

O saldo em 30 de junho de 2024 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$1.238.691 (R\$647.872 em 31 de dezembro 2023) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$65.691 (R\$89.143 em 31 de dezembro 2023) além do montante de R\$ 873.000 de dividendos, que serão pagos até outubro de 2024, e R\$ 300.000 (R\$ 255.995 líquidos) de JSCP, que serão pagos em julho de 2024.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (*Performance Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) dez/23	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) Jun/24
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.560.993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.407)	1.489.586
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.078)	759.224
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.686)	813.256
Total	6.220.315			3.154.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.171)	3.062.066

Preço médio ponderado do saldo de outorgas R\$ 12,85

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.

Em 30 de junho de 2024, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 14.113 (R\$ 10.811 em 30 de junho de 2023).

Encerramento de Programa de Recompra de Ações e Aprovação de um Novo Programa

Em 05 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações. Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento sobre o encerramento desse programa e aprovou um novo programa de recompra de ações de sua própria emissão. O novo programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 12 de dezembro de 2024, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

28. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2024 é de R\$61.621 (R\$ 67.962 em 30 de junho de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC” e “Procedimento Arbitral”, respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, “Requeridos”), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Receita Operacional Líquida	12.398.069	11.512.527	11.503.415
Receita operacional bruta	17.817.307	16.200.727	16.239.128
Receita de serviços	17.016.147	15.496.673	15.535.074
Receita de serviços - Móvel	16.028.472	14.534.832	14.573.233
Receita de serviços - Fixa	987.675	961.841	961.841
Venda de mercadorias	801.160	704.054	704.054
Deduções da receita bruta	(5.419.238)	(4.688.200)	(4.735.713)
Impostos incidentes	(1.977.260)	(1.827.801)	(1.874.711)
Descontos concedidos	(3.433.135)	(2.856.615)	(2.857.219)
Devoluções e outros	(8.843)	(3.784)	(3.783)

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	06/2024				06/2023			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(5.868.106)	(2.961.776)	(889.004)	(9.718.886)	(5.987.277)	(2.741.414)	(866.595)	(9.595.286)
Pessoal	(22.753)	(450.021)	(257.655)	(730.429)	(36.386)	(417.433)	(218.390)	(672.209)
Serviços de terceiros	(337.381)	(1.074.559)	(384.664)	(1.796.604)	(333.900)	(1.076.140)	(406.697)	(1.816.737)
Interconexão e meios de conexão	(1.551.156)	-	-	(1.551.156)	(1.846.323)	-	-	(1.846.323)
Depreciação e amortização	(3.116.090)	(191.685)	(202.497)	(3.510.272)	(3.026.270)	(162.713)	(203.055)	(3.392.038)
Impostos, taxas e contribuições	(64.480)	(471.486)	(16.523)	(552.489)	(17.164)	(389.157)	(13.860)	(420.181)
Aluguéis e seguros	(258.894)	(89.005)	(14.599)	(362.498)	(258.856)	(72.825)	(10.172)	(341.853)
Custo das mercadorias vendidas	(515.308)	-	-	(515.308)	(468.358)	-	-	(468.358)
Publicidade e propaganda	-	(322.468)	-	(322.468)	-	(301.102)	-	(301.102)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(338.102)	-	(338.102)	-	(286.767)	-	(286.767)
Outros	(2.044)	(24.450)	(13.066)	(39.560)	(20)	(35.277)	(14.421)	(49.718)

	Consolidado			
	06/2023			
	Custos de serviços prestados e mercadorias	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(5.744.233)	(2.852.794)	(868.181)	(9.465.208)
Pessoal	(36.386)	(417.433)	(218.390)	(672.209)
Serviços de terceiros	(340.063)	(1.145.491)	(408.252)	(1.893.806)
Interconexão e meios de conexão	(1.376.316)	-	-	(1.376.316)
Depreciação e amortização	(3.245.843)	(162.766)	(203.055)	(3.611.664)
Impostos, taxas e contribuições	(17.271)	(412.104)	(13.885)	(443.260)
Aluguéis e seguros	(259.545)	(72.828)	(10.178)	(342.551)
Custo das mercadorias vendidas	(468.358)	-	-	(468.358)
Publicidade e propaganda	-	(301.102)	-	(301.102)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(305.793)	-	(305.793)
Outros	(451)	(35.277)	(14.421)	(50.149)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 10.878 (R\$ 11.176 em 30 de junho de 2023). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Receitas			
Receita de subvenção, líquida	-	860	860
Multas s/ serviços de telecomunicações	48.860	35.265	35.492
Receita na alienação de ativos	1.652	1.523	1.523
Outras receitas (ii)	35.120	31.662	31.655
	85.632	69.310	69.530
Despesas			
FUST/FUNTEL (i)	(80.411)	(77.200)	(78.366)
Impostos, taxas e contribuições	(12.534)	(534)	(534)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(122.533)	(157.102)	(157.104)
Despesa na alienação de ativos	(2.555)	(1.040)	(1.040)
Outras despesas	(14.050)	(9.997)	(10.676)
	(232.083)	(245.873)	(247.720)
Outras receitas (despesas), líquidas	(146.451)	(176.563)	(178.190)

- (i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.
- (ii) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 18), sendo R\$27.048 em 30 de junho de 2024 (R\$27.048 em 30 de junho de 2023).

31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Receitas financeiras	409.391	670.652	691.401
Juros sobre aplicações financeiras	185.795	204.624	225.097
Juros de clientes	20.701	12.205	12.286
Juros swap (iii)	131.090	309.245	309.245
Juros sobre arrendamento	14.072	13.860	13.860
Atualização monetária (i)	37.302	108.989	108.989
Outros derivativos (ii)	19.587	19.587	19.587
Outras receitas	844	2.142	2.337

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Refere-se, principalmente à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao atingimento de metas. No primeiro semestre de 2024, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 11ª meta contratual, gerando um efeito de R\$ 19.587 (R\$ 19.587 em 30 de junho de 2023, referente a 9ª meta contratual). O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.

(iii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Despesas financeiras	(1.415.230)	(1.429.089)	(1.337.014)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(135.767)	(91.353)	(91.353)
Juros sobre impostos e taxas	(130.283)	(116.934)	(120.284)
Juros swap	(211.145)	(300.352)	(300.352)
Juros sobre passivo de arrendamento	(710.029)	(613.700)	(512.126)
Atualização monetária (i)	(95.730)	(161.360)	(166.537)
Descontos concedidos	(20.752)	(24.512)	(24.512)
Outras despesas (ii)	(111.524)	(120.878)	(121.850)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$89.047, vide nota 24 (R\$165.087 em 30 de junho de 2023); e

(ii) Parte substancial relacionada a: (a) juros sobre concessões, no montante de R\$ 55.132 (R\$ 49.441 em 30 de junho de 2023); e (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, aval e encargos, no montante de R\$ 49.708 (R\$ 48.598 em 30 de junho de 2023).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Receitas			
Empréstimos e financiamentos (i)	-	143.104	143.104
Fornecedores	5.913	20.253	20.253
Swap (ii)	99.838	10.698	10.698
Outros	56.193	9.521	9.521
	161.944	183.576	183.576
Despesas			
Empréstimos e financiamentos (i)	(50.528)	(10.698)	(10.698)
Fornecedores	(30.009)	(6.061)	(6.061)
Swap (ii)	(49.310)	(143.104)	(143.104)
Outros	(1.202)	(27.280)	(27.280)
	(131.049)	(187.143)	(187.143)
Variações cambiais, líquidas	30.895	(3.567)	(3.567)

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

34. Lucro por ação

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	06/2024	06/2023
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.300.643	1.038.908
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.240	2.420.811
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,54	0,43

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	06/2024	06/2023
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	1.300.643	1.038.908
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.579	2.420.811
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,54	0,43

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 339 milhares (a Companhia não possuía ações potencialmente diluidoras em 30 de junho de 2023) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 27.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo	
	Controladora	
	06/2024	12/2023
Telecom Italia Sparkle (i)	6.663	3.004
Gruppo Havas (vi)	68.753	6.544
TI Sparkle (iii)	350	187
TIM Brasil (vii)	23.310	22.803
Telecom Italia S.p.A. (ii)	12.090	3.298
I-Systems (ix)	41.146	7.502
Outros	96	96
Total	152.408	43.434

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Passivo	
	Controladora	
	06/2024	12/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	162.729	127.902
Telecom Italia Sparkle (i)	8.413	4.797
TI Sparkle (iii)	13.788	8.087
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858
Grupo Vivendi (v)	1.663	2.683
Gruppo Havas (vi)	103.175	68.407
I-Systems (viii)	59.763	60.367
TIM Brasil (xii)	751.458	370.774
Italtel (xi)	9.428	8.507
Outros	9.826	4.229
Total	1.131.101	666.611

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	92	4.246	4.246
Telecom Italia Sparkle (i)	3.124	1.793	1.793
TI Sparkle (iii)	168	490	490
I Systems (ix)	737	16.778	16.778
Cozani (x)	-	3.041	-
Total	4.121	26.348	23.307

	Custo/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
Telecom Italia S.p.A. (ii)	69.268	62.795	62.795
Telecom Italia Sparkle (i)	3.941	9.406	9.406
TI Sparkle (iii)	8.982	8.761	8.761
Grupo Vivendi (v)	3.141	3.037	3.037
Gruppo Havas (vi)	289.997	265.813	265.813
I Systems (viii)	210.260	192.331	192.331
Cozani (x)	-	480.108	-
Outros	11.295	11.553	11.553
Total	596.884	1.033.804	553.696

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 263.547 (R\$ 243.227 em 30 de junho de 2023), estão relacionados aos repasses de mídia.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.
- (ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
- (x) Referem-se a contratos relativos à operação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, *roaming*, cessão de meios e uso de radiofrequências, além de acordos de cofaturamento.
- (xi) Os valores referem-se ao desenvolvimento de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações. A empresa foi incorporada em abril de 2023 e todos os saldos *intercompany* eliminados.
- (xii) Os valores referem-se ao saldo de dividendos a pagar para a controladora.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de junho de 2024, a Companhia investiu R\$ 5.146 (R\$ 6.006 em 30 de junho de 2023).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	06/2024	06/2023
Benefícios de curto prazo	13.311	11.536
Remuneração baseada em ações	4.930	4.187
	<u>18.241</u>	<u>15.723</u>

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 21.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	06/2024		12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	362.071	189.831	304.959	239.714
Outros derivativos (i)	522.822	-	502.453	-
	884.893	189.831	807.412	239.714
Parcela circulante	(358.351)	(189.831)	(299.539)	(239.714)
Parcela não circulante	526.542	-	507.873	-

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do capital do C6 em 30 de junho de 2024 (4,44% em 31 de dezembro de 2023), onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões até 30 de junho de 2024 (R\$25,5 milhões até 31 de dezembro de 2023). Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 30 de junho de 2024 corresponde a R\$ 523 milhões (R\$ 502 milhões em 31 de dezembro de 2023).

O impacto da marcação a mercado é calculado pela diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e subsequentemente reavaliado e eventuais variações registradas no resultado financeiro da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados na nota 28.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2024 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2025	3.720
2026 em diante	522.822
	526.542

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 17.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	06/2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	1.355.689	1.047.851	2.403.540
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.355.689	1.047.851	2.403.540
Instrumentos financeiros derivativos	-	362.071	362.071
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	1.215.835	-	1.215.835
Outros ativos financeiros	139.854	162.958	302.812
Total do passivo		189.831	189.831
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		189.831	189.831
Instrumentos financeiros derivativos		189.831	189.831

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2023		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.025.202	970.370	2.995.572
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.025.202	970.370	2.995.572
Instrumentos financeiros derivativos	-	304.959	304.959
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Títulos e valores mobiliários	1.971.439	-	1.971.439
Outros ativos financeiros	53.763	162.958	216.721
Total do passivo	-	239.714	239.714
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	239.714	239.714
Instrumentos financeiros derivativos	-	239.714	239.714

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

30 de junho de 2024

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.513.737	2.403.540	9.917.277
Instrumentos financeiros derivativos	-	362.071	362.071
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	4.430.691	-	4.430.691
Títulos e valores mobiliários	-	1.215.835	1.215.835
Caixa e equivalentes de caixa	2.111.151	-	2.111.151
Arrendamentos	239.934	-	239.934
Depósitos judiciais	677.499	-	677.499
Outros ativos financeiros	-	302.812	302.812
Outros valores a compensar	54.462	-	54.462
Passivo, conforme o balanço patrimonial	20.463.414	189.831	20.653.245
Empréstimos e Financiamentos	3.096.145	-	3.096.145
Instrumentos financeiros derivativos	-	189.831	189.831
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.649.017	-	3.649.017
Passivo de arrendamento	12.479.561	-	12.479.561
Dividendos e JSCP a pagar	1.238.691	-	1.238.691

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2023

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.993.747	2.995.572	10.989.319
Instrumentos financeiros derivativos	-	304.959	304.959
Outros derivativos	-	502.453	502.453
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.908.773	-	3.908.773
Títulos e valores mobiliários	-	1.971.439	1.971.439
Caixa e equivalentes de caixa	3.077.931	-	3.077.931
Arrendamentos	236.341	-	236.341
Depósitos judiciais	689.739	-	689.739
Outros ativos financeiros	-	216.721	216.721
Outros valores a compensar	80.963	-	80.963
Passivo, conforme o balanço patrimonial	21.287.705	239.714	21.527.419
Empréstimos e Financiamentos	3.770.946	-	3.770.946
Instrumentos financeiros derivativos	-	239.714	239.714
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.612.112	-	4.612.112
Passivo de arrendamento	12.256.775	-	12.256.775
Dividendos e JSCP a pagar	647.872	-	647.872

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de junho de 2024, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Baseado na evolução obrigatória de mercado, efetuamos a transição do índice de nossa dívida junto ao KFW/Finnvera, passando de *Libor* para SOFR.

Da mesma forma, para mantermos a proteção, efetuamos a migração da operação de swap junto ao Bank of America, até então, baseada em *Libor*, passando a partir de janeiro de 2024 também para SOFR. Transição sem nenhum efeito em caixa e com o mesmo custo em percentual do CDI original.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de junho de 2024

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	95.753	95.754	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	81,50% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	561.003	562.453	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,70% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.933.743	1.937.741	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	393.122	394.295	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2023

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	125.854	125.854	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	206.140	207.987	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	67,73% a 69,50% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	485.498	485.740	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05% do CDI
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.068	517.727	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.880.389	1.882.880	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	392.340	393.389	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), SOFR e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da SOFR e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Jun./24		2.796.453	-	2.796.453	(2.623.774)	172.679	-	-
CDI	provável	2.796.453	-	2.796.453	(2.623.774)	172.679	-	-
	possível	2.796.453	-	2.796.453	(2.617.387)	179.066	6.387	6.387
	remoto	2.796.453	-	2.796.453	(2.611.751)	184.702	12.023	12.023
USD	provável	2.796.453	-	2.796.453	(2.623.774)	172.679	-	-
	possível	2.820.325	23.872	2.820.325	(2.623.774)	196.551	23.872	-
	remoto	2.844.197	47.744	2.844.197	(2.623.774)	220.423	47.744	-
SOFR	provável	2.796.453	-	2.796.453	(2.623.774)	172.679	-	-
	possível	2.797.826	1.373	2.797.826	(2.623.774)	174.052	1.373	-
	remoto	2.799.198	2.745	2.799.198	(2.623.774)	175.424	2.745	-
IPCA	provável	2.796.453	-	2.796.453	(2.623.774)	172.679	-	-
	possível	2.692.454	(103.999)	2.692.454	(2.623.774)	68.680	(103.999)	-
	remoto	2.594.805	(201.648)	2.594.805	(2.623.774)	(28.969)	(201.648)	-

(1) Cenários sensibilizados com os seguintes incremento nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(2) (KFW Finnvera, BNB, Debenture e BNDES).

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação
Em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	USD	SOFR	IPCA
CDI	Provável	10,40%	5,5589	5,39%	4,23%
	Possível	13,00%	5,5589	5,39%	4,23%
	Remoto	15,60%	5,5589	5,39%	4,23%
USD	Provável	10,40%	5,5589	5,39%	4,23%
	Possível	10,40%	6,9486	5,39%	4,23%
	Remoto	10,40%	8,3384	5,39%	4,23%
SOFR	Provável	10,40%	5,5589	5,39%	4,23%
	Possível	10,40%	5,5589	6,74%	4,23%
	Remoto	10,40%	5,5589	8,08%	4,23%
IPCA	Provável	10,40%	5,5589	5,39%	4,23%
	Possível	10,40%	5,5589	5,39%	5,29%
	Remoto	10,40%	5,5589	5,39%	6,35%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incremento nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2024 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2024	06/2023
Resultado líquido em operações de derivativos	(29.527)	(123.512)
Resultado de operações com outros derivativos	19.587	19.587

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)
Ingressos	386.925	1.355.893	(20.370)
Cancelamentos	-	(328.231)	-
Encargos financeiros	138.960	733.270	80.056
Variações cambiais, líquidas	50.528	-	(50.528)
Pagamentos	(1.251.214)	(1.538.146)	(136.522)
30 de junho de 2024	3.096.145	12.479.561	(695.062)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	9.948.873	(508.251)
Ingressos	-	1.190.002	142.588
Saldo de companhia incorporada	-	2.992.831	-
Cancelamentos	-	(239.937)	-
Encargos financeiros	192.697	643.846	(8.893)
Variações cambiais, líquidas	(132.405)	-	132.405
Pagamentos	(240.542)	(1.434.066)	(169.521)
30 de junho de 2023	4.789.575	13.101.549	(411.672)

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2022	4.969.825	12.831.865	(508.251)
Ingressos	-	1.428.088	142.588
Cancelamentos	-	(157.028)	-
Encargos financeiros	192.697	621.570	(8.893)
Variações cambiais, líquidas	(132.405)	0	132.405
Pagamentos	(240.543)	(1.622.946)	(169.521)
30 de junho de 2023	4.789.574	13.101.549	(411.672)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	06/2024	12/2023
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.019	5.019

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação

Em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

39. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$590.376
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$90.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	06/2024	06/2023	06/2023
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.270.613)	(1.090.002)	(1.490.295)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	1.355.893	1.090.002	1.490.295
Ativo e passivos líquidos de efeitos de incorporação	-	3.877.394	-
Subscrição bônus Banco C6	-	162.958	162.958
Proventos aprovados e ainda não pagos	1.173.000	290.000	290.000

41. Eventos subsequentes

Distribuição de JSCP

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 14 de junho de 2024, a distribuição de R\$ 300.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorreu no dia 23 de julho de 2024, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 21 de junho de 2024.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), relativas ao período findo em 30 de junho de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 30 de julho de 2024.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Fabiane Reschke** (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2024.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2024.

ALBERTO MARIO GRISELLI

Diretor Presidente e Diretor de Relações com
Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

FABIANE RESCHKE

Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO

People, Culture & Organization Officer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), **Andrea Palma Viegas Marques** (Diretora Financeira), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*People, Culture & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*) e **Fabiane Reschke** (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2024.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2024.

ALBERTO MARIO GRISELLI

Diretor Presidente e Diretor de Relações com
Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES

Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

FABIANE RESCHKE

Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO

People, Culture & Organization Officer